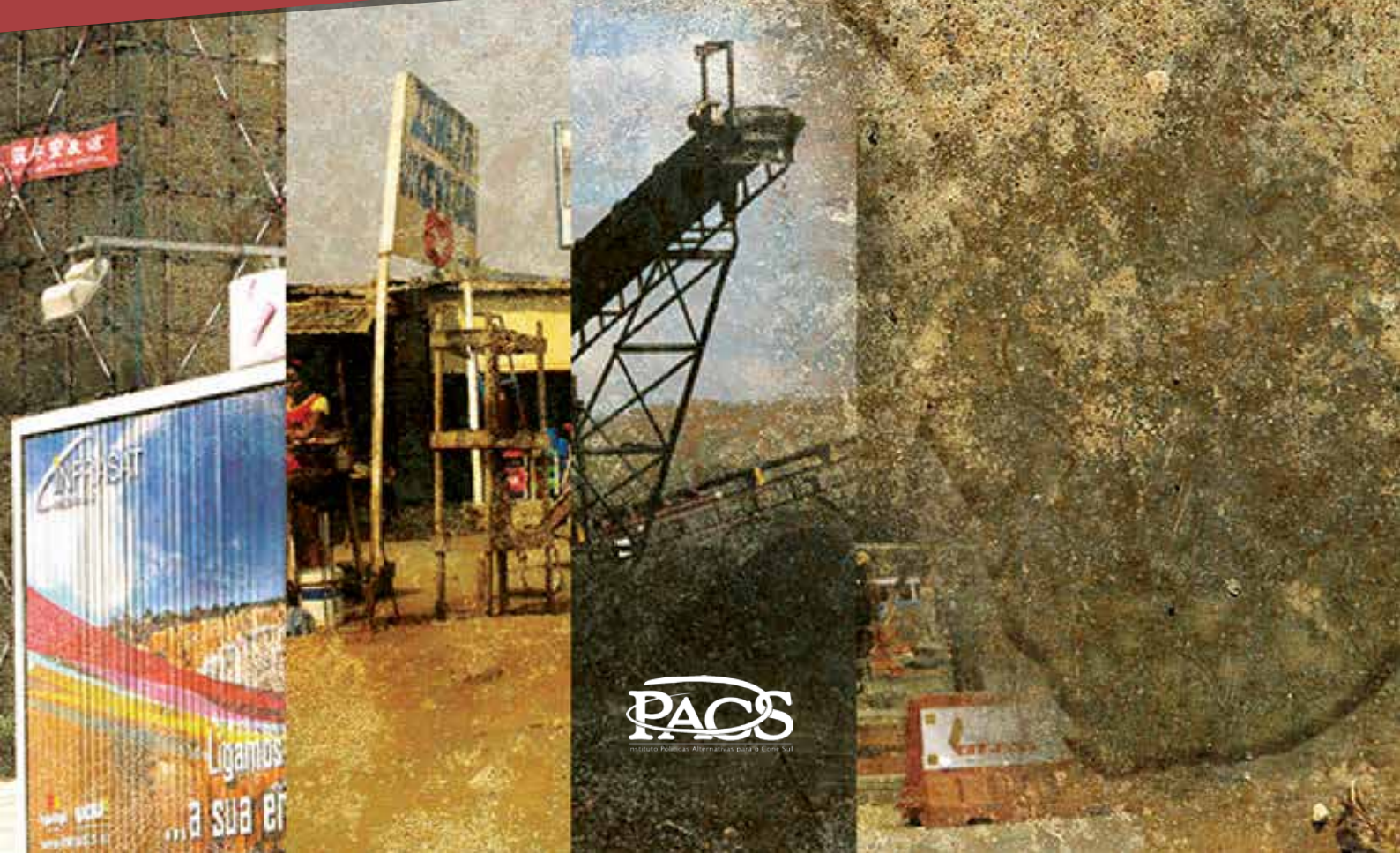


AS PUBLICAS  
AS DE ANGOLA  
A ESTRUTURAS RODOM  
NSTRUÇÃO  
A BOAVISTA  
80 Km  
ERDIO CA  
SES  
ASAR

ANGOLA

# A HISTÓRIA CONTADA PELA CAÇA OU PELO CAÇADOR?

## PERSPECTIVAS SOBRE O BRASIL EM ANGOLA E MOÇAMBIQUE



**PACS**  
Instituto Políticas Alternativas para o Gênero Sul



# A história contada pela caça ou pelo caçador?

## Perspectivas sobre o Brasil em Angola e Moçambique<sup>1</sup>

Ana Saggiaro Garcia

Karina Kato

Camila Fontes

Apoio



Realização



.....  
1 -Esta pesquisa foi realizada entre março e dezembro de 2012 por pesquisadoras do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) com o apoio da Miseror. Agradecemos muitíssimo a todos os entrevistados pela confiança que nos foi depositada. Agradecemos, também, pelo apoio na pesquisa: Luciano Padrão, Fátima Nascimento, Fernando Viegas, Jeremias Vunjanhe, Rui de Vasconcelos Caetano, Fabião Manhica, João Pinto e Judith Marshall. Sem o apoio de vocês, essa pesquisa jamais seria realizada.

*“Dê água pra Ela beber  
Dê roupa pra Ela vestir  
Saúde pra dar e vender  
Dê paz pra Ela descansar  
Adubo pra Ela crescer  
Dê rosas pra Ela enfeitar  
África,  
Seu trono de Rainha  
Dona da Realeza  
Mãe da matéria-prima  
Vai levar a vida inteira pra lhe agradecer”  
(Rainha - Céu)*

### **PACS: repensando a economia para a construção de alternativas**

O Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) foi fundado em 1986 como parte brasileira do Programa Regional de Investigações Econômicas e Sociais para o Cone Sul da América Latina (PRIES), uma iniciativa de um grupo de economistas que retornavam do exílio a seus países de origem. O PACS agrega um grupo de pesquisadores e pesquisadoras engajadas política e socialmente, e tem seu trabalho organizado em três eixos que se articulam: formação, incidência e informação. Nosso trabalho, assim, engloba de forma simultânea atividades de pesquisa, análise e reflexão crítica (informação), que são colocados à disposição de organizações da sociedade civil, organizações populares e movimentos sociais, por meio de publicações e atividades de formação como cursos, oficinas e seminários (formação) com o objetivo de fortalecê-los no seu campo de atuação e qualificar seus argumentos, ampliando sua capacidade de intervenção (incidência sobre os centros de poder). Estamos inseridos em distintas redes locais, nacionais e internacionais. Nosso campo temático é, principalmente, o da socioeconomia (dívida, orçamento, formas de gestão, impactos sociais, econômicos e ambientais de megaprojetos etc.). Por meio de nossa atuação, procuramos construir uma perspectiva crítica e alternativa dos processos econômicos e, ao mesmo tempo, traduzi-los numa linguagem popular e de fácil compreensão que possa ser incorporada pelos movimentos sociais em suas ações e posicionamentos políticos. Nossa perspectiva é contribuir com os movimentos sociais na construção de uma opinião pública reivindicativa de promoção e implementação de políticas públicas transformadoras, com forte conteúdo inclusivo e democrático, e com a transformação da realidade atual.

## ÍNDICE

|  |    |
|--|----|
| A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA . . . . .                             | 6  |
| INTRODUÇÃO: A ATUALIDADE DAS RELAÇÕES BRASIL - ÁFRICA. . . . . | 7  |
| Financiamentos . . . . .                                       | 9  |
| Investimentos . . . . .  | 10 |
| Cooperação técnica e ajuda para o desenvolvimento. . . . .     | 13 |
| METODOLOGIA: ENTREVISTAS E PESQUISA DE CAMPO . . . . .         | 17 |
| BALANÇO DAS ENTREVISTAS . . . . .                              | 22 |
| CONCLUSÕES . . . . .   | 59 |
| REFERÊNCIAS . . . . .  | 62 |
| ANEXO . . . . .  | 64 |

## A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

O ponto de partida da pesquisa era realizar uma análise exploratória dos empréstimos que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) direcionava para dois países da África lusófona (Angola e Moçambique), mapeando os setores/atores priorizados em suas transações e sistematizando os seus impactos políticos, sociais, econômicos e ambientais. O PACS já acompanha há algum tempo, por meio de pesquisas anteriores e articulações com organizações da sociedade civil e movimentos sociais brasileiros, os empréstimos do BNDES no Brasil e os impactos que geram nos territórios em que são implantados. A ampliação da atuação internacional do BNDES, financiando grandes projetos de empresas multinacionais com sede no Brasil, tornou necessária a ampliação da nossa análise de modo a compreendermos e sistematizarmos as implicações dessa nova forma de atuação do banco para além das fronteiras brasileiras.

Nos colocávamos como desafio, portanto, levantar elementos, informações e opiniões que nos permitissem compreender o que está por trás do discurso de “transferência e troca de conhecimento” e de “promoção do desenvolvimento” em países africanos. A principal questão era desvendar se juntamente com o crescimento dos financiamentos do BNDES a projetos na África, estaria havendo também a transferência, para esses países, de um certo “modelo de desenvolvimento”, que reproduz em solo estrangeiro o próprio modelo brasileiro, baseado em grandes obras de infraestrutura e produção de *commodities* minerais e agrícolas para exportação, tendo no Estado seu principal agente fomentador.

Assim, as perguntas que nos moviam inicialmente eram:

- O crescimento dos desembolsos do BNDES para países africanos promove a “exportação” de um modelo de desenvolvimento já consolidado em solo brasileiro?
- Quais os principais setores/atores que o BNDES privilegia em suas operações na África lusófona?
- Esses projetos geram impactos socioambientais nos territórios em Angola e Moçambique?
- Esses novos instrumentos de cooperação Sul-Sul estão originando *novas dívidas Sul-Sul*? Como se dão esses novos processos de endividamento e quais suas consequências?
- O que diferencia os empréstimos Sul-Sul dos tradicionais empréstimos Norte-Sul? A “autonomia” e “horizontalidade”, fortes componentes dos discursos, podem ser verificados na prática?

Com o andar da pesquisa, na medida em que avançávamos no levantamento e na leitura de materiais bibliográficos, e mesmo antes da viagem a campo, fomos nos convencendo de que a inserção financeira do Brasil nos dois países da África lusófona não poderia ser compreendida se isolada dos demais mecanismos e instrumentos políticos e econômicos de atuação internacional do país. Antes de desenharmos um quadro capaz de refutar ou confirmar a exportação de um

“modelo brasileiro de desenvolvimento” para países africanos, precisaríamos dar um passo atrás e compreender as diferentes dimensões da atuação do Brasil em Moçambique e Angola.

Para dar conta da complexidade das relações de um Brasil que procura ser “solidário” e “parceiro” dos países africanos e que, ao mesmo tempo, disputa geopoliticamente com outras potências o acesso a recursos e mercados, expandimos nosso trabalho de mapeamento para o tripé **investimento, financiamento e cooperação**. Nosso objetivo com a pesquisa, portanto, passou a ser a realização de um mapeamento dos investimentos, financiamentos e políticas de cooperação do Brasil em Angola e Moçambique<sup>2</sup>, de seus impactos e de suas implicações para a instauração e fomento de um processo de desenvolvimento econômico e social, a partir da leitura realizada pelos atores locais que atuam e vivem nesses países.

Neste sentido, ampliamos o trabalho para abarcar a diversidade de atores brasileiros, que hoje compõem a política internacional do Brasil nesses países. Para além do BNDES, incluímos na análise o Ministério de Relações Exteriores (MRE ou Itamaraty), a Agência Brasileira de Cooperação (ABC, que é parte do MRE), a EMBRAPA e a FIOCRUZ (dois atores estatais das áreas de agricultura e saúde, que encabeçam as políticas de “cooperação para o desenvolvimento”), as empresas multinacionais brasileiras (que atuam desde 1970 e que intensificam sua inserção na última década<sup>3</sup>), a Agência de Promoção da Exportação e Investimento (APEX, que tem sua representação africana em Angola e é parte do Ministério de Indústria, Desenvolvimento e Comércio, MDIC), bem como outros ministérios como o MDIC (com a organização de missões empresarias e participação em feiras de negócios), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Todos esses atores, na medida em que avançam na sua atuação na África, conformam distintos arranjos institucionais<sup>4</sup> que mobilizam e articulam, de diferentes maneiras, o tripé “investimento, financiamento e cooperação”.

A análise do modelo exportado ou não, assim, ficará para uma próxima pesquisa e dependerá da análise mais focada da atuação brasileira em determinados setores e campos de atuação. Todavia, o trabalho aqui realizado nos oferece importantes pistas para avançar nessa análise.

## **INTRODUÇÃO: A ATUALIDADE DAS RELAÇÕES BRASIL - ÁFRICA**

O projeto de pesquisa situa-se na atualidade das relações entre Brasil e África<sup>5</sup>. Com o governo Lula, a África ganhou relevância sem precedentes na política externa brasileira, voltando-se para outros países e regiões do Sul global. Segundo Sombra Saraiva (2010), a ampliação da agenda brasileira para a África, a partir de 2003, refletiu a combinação de mudanças ideológicas e estratégicas inauguradas com o governo Lula. A “volta” da África à política brasileira se daria sobre novas bases, ultrapassando parcialmente o discurso culturalista tradicional e legitimando-se na

2 - A escolha dos países a serem pesquisados foi pautada por dois elementos principais. Em primeiro lugar, foi motivada pelo fato de serem países de língua portuguesa e com certas proximidades culturais que facilitariam o trabalho de pesquisa e viagem a campo. O segundo foi pela representatividade que ambos os países têm nos instrumentos de atuação do Brasil na África: Angola é o principal destino dos investimentos brasileiros e Moçambique é o principal destino das políticas de cooperação.

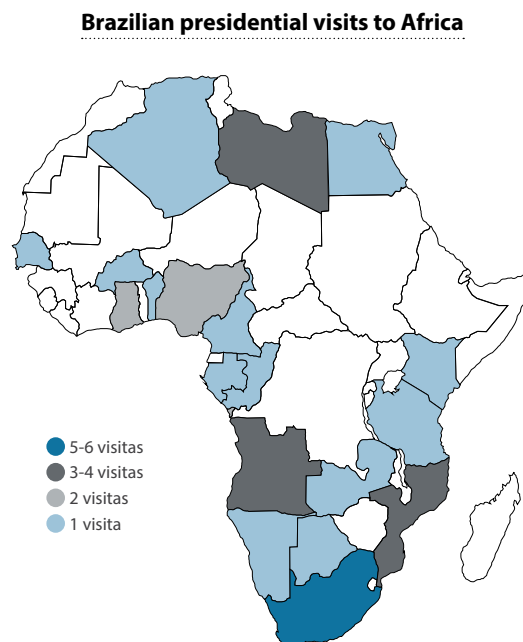
3 - Essa expansão se faz acompanhada da nova ênfase dada na política externa do governo Lula para as relações Sul-Sul e, em particular, para o continente africano.

4 - Mobilizando, em muitas situações, outros atores internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Banco Mundial e outras agências de cooperação como a japonesa e a norte-americana.

5 - Muitos artigos, relatórios e notícias têm tratado do papel político e econômico, bem como das perspectivas de atuação do Brasil e de suas empresas em países da África Subsaariana, em particular, nos países lusófonos (WHITE, 2010; IPEA e BANCO MUNDIAL, 2011; STOLTE, 2012; SARAIVA, 2012). As relações do Brasil com a África são históricas, incluindo conexões, identidades culturais e padrões conformados ao longo do tempo com experiências do Brasil na África e da África no Brasil, cujas origens datam do século XVI.

própria sociedade brasileira num consenso político e social amplo nas instituições, universidades, parlamento, grupos afro-brasileiros, empresas e agentes públicos interessados. A dívida histórica e moral passava a ser reconhecida não somente por Lula em seus discursos, mas legitimada por boa parte da sociedade brasileira (SOMBRA SARAIVA, 2010, p. 179).

A nova política externa para a África se expressou nas visitas presidenciais ao continente. Em oito anos de governo, o presidente Lula visitou 29 países em dez viagens, ultrapassando a somatória de todos os governos anteriores (MINISTERIO DE RELACOES EXTERIORES 2010). Das 35 novas embaixadas abertas durante esse governo, 16 se localizaram na África. Para Celso Amorim (2011), Lula revelou-se *"o mais africano dos presidentes. Pediu perdão pelos crimes da escravidão, visitou mais de duas dezenas de países e abriu caminho para ações de cooperação e negócios"*. Segundo o ex-chanceler, o Brasil seria visto, por diversos países do continente, como um modelo a ser seguido, afirmando que *"para cada problema africano existe uma solução brasileira"*<sup>6</sup>.



Source: MRE (2011), 'Relatório de visitas internacionais do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de visitas ao Brasil de Chefes de Estado e de Chefes de Governo entre janeiro 2003 e dezembro de 2010' [Brazilian Foreign Ministry, 'Report on the international visits of President Luiz Inácio Lula da Silva and visits of Heads of State or Heads of Government to Brazil between January 2003 and December 2010'].

Fonte: Stolte (2012)

De acordo com um recente documento conjunto do IPEA e Banco Mundial, os laços históricos e culturais do Brasil com o continente africano diferenciariam o país dos demais membros dos chamados BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China). O sucesso econômico do Brasil, sua atuação no cenário internacional e suas políticas sociais nacionais bem-sucedidas seriam "lições" para os países africanos. A atuação brasileira e seus investimentos, mais do que competição por recursos,

6 - Amorim cita a frase do queniano Calestou Juma. Ver Ibid.



envolveriam em grande parte a cooperação, a assistência técnica e a transferência de tecnologias. De acordo com essas instituições “*a nova África coincide com o Brasil global*” (IPEA & BANCO MUNDIAL 2011, p. 3, grifo nosso).

## Financiamentos

No âmbito do **financiamento**, o BNDES vem apoiando, desde 2003, projetos internacionais que envolvem empresas brasileiras. Além disso, o banco tem linhas de crédito específicas para exportações de máquinas e equipamentos ou insumos relacionadas com esses projetos (ALEM & CAVALCANTI 2005). De acordo com o *Valor Econômico*, a concessão de créditos do BNDES para projetos na África chegou a US\$ 766 milhões em 2009, representando 36% dos desembolsos do Banco em financiamento internacional<sup>7</sup>. Grande parte desse financiamento é direcionado para a área de infraestrutura<sup>8</sup> (MRE, 2010). O Ministério cita alguns exemplos: crédito de US\$ 3,5 bilhões para obras do projeto de reconstrução nacional do governo angolano; mecanismo de financiamento no valor de US\$ 80 milhões pelo Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG) e pela Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) para o projeto do Aeroporto de Nacala, em Moçambique; financiamento do BNDES para a construção do Corredor Rodoviário Oriental de Gana, orçado em mais de US\$ 200 milhões; construção da base no porto de Mtwara, região sul da Tanzânia; crédito de US\$ 8,5 milhões para a realização de Estudo de Viabilidade Técnica e Ambiental para o projeto da barragem de Moamba Major, em Moçambique (Ibid.). Esses financiamentos, não raro, são direcionados para alguma das quatro maiores empreiteiras brasileiras<sup>9</sup> (Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão) ou para multinacionais como a Vale e/ou Petrobras.

Outro setor de crescente atuação do BNDES na África Subsaariana é aquele relacionado com agrocombustíveis, em particular, a produção de etanol de cana de açúcar. O crédito concedido a Angola aumentou a influência do Brasil no setor de etanol, abrindo caminho para o financiamento a projetos envolvendo empresas brasileiras em Gana e Moçambique no valor de US\$ 3,5 bilhões. Posteriormente, o BNDES concedeu US\$ 260 milhões a um projeto tripartite, envolvendo Brasil, Gana e Suécia. O Brasil ficaria responsável pela transferência de tecnologia para cultivar 30 mil hectares de cana de açúcar em Gana, cujo etanol seria exportado para o mercado sueco por meio da AB Svensk Etanolkemi (Sekab) durante dez anos. A Odebrecht se encarregou da construção da usina de processamento (IPEA & BANCO MUNDIAL 2010, p. 85).

O setor bancário é outro que apresenta grandes oportunidades para investimentos, ainda que, até o momento, as transações realizadas tenham se mostrado tímidas. Além do BNDES, a Caixa Econômica Federal (crédito para habitação em Angola e Moçambique), o Banco do Brasil e o Bradesco também estão presentes nesses países. Estes dois últimos, em 2010, assinaram um acordo com o banco português Espírito Santo que conformou uma *holding* financeira cujo objetivo é coordenar os investimentos na África e estabelecer operações próprias, além de apoiar as atividades de internacionalização de empresas brasileiras e portuguesas (Ibid.).

7 - País elabora estratégia para se tornar mais competitivo na África. *Valor Econômico*, 8 de novembro de 2011

8 - Segundo o IPEA & Banco Mundial (2011, p. 24), são estimados US\$ 38 bilhões por ano para corrigir o déficit de infraestrutura da África, com um adicional anual de US\$ 37 bilhões para operações e manutenção, totalizando aprox. US\$ 75 bilhões ou cerca de 12% do PIB africano.

9 - Segundo dados do BNDES, dos 65 projetos financiados pelo banco em Angola, por exemplo, 49% eram da Odebrecht, 18% da Andrade Gutierrez, 14% da Queiroz Galvão e 9% da Camargo Corrêa.

O governo brasileiro em suas operações de crédito para a exportação de bens e serviços em Angola utiliza um mecanismo que faz uso de *commodities* e matérias primas como instrumento garantidor. É a chamada “conta-petróleo”. Atualmente, estuda-se a possibilidade de se estender esse mecanismos para outros países como Moçambique e Gana<sup>10</sup>. A garantia de acesso a matérias-primas em troca de crédito ou de serviço de infraestrutura é uma prática já amplamente utilizada por outros países, como a China<sup>11</sup>.

## Investimentos

De acordo com o IPEA & BANCO MUNDIAL (2011, p. 7), o crescimento significativo do comércio entre Brasil e o continente africano na última década (de US\$ 4 bi em 2000 para US\$ 20 bi em 2010) criou um ambiente propício para maior atuação do BNDES em programas de apoio à exportação de empresas brasileiras aos países africanos. Dentre eles, estaria o “Programa Integração com a África”, envolvendo empréstimos a empresas exportadoras brasileiras de aprox. US\$ 265 milhões em 2008 e US\$ 360,5 milhões em 2009. Esse cenário chama atenção para um outro pilar das relações entre Brasil e os países africanos, relacionado com o financiamento, que são o **comércio e o investimento**. Assim, os laços econômicos entre o Brasil e países africanos também foram fortalecidos pelas diversas viagens presidenciais, resultando, por exemplo, na criação de organizações empresariais, como a Câmara de Comércio Brasil-Gana, em 2005 (Ibid.).

De acordo com o Itamaraty, o comércio e o investimento nesses países, associados às ações de cooperação técnica, seriam uma forma de “*ajudar (...) a suprir as carências existentes no Continente Africano*”, além de garantir o fortalecimento da economia brasileira no cenário internacional (MRE 2010). Assim, o *soft power*<sup>12</sup> brasileiro no continente africano se faz acompanhado de seu *hard power* econômico, com aspirações de poder e prestígio político. Nas palavras do próprio Itamaraty:

“Trata-se de uma política solidária e humanista, que almeja reduzir assimetrias, promover o desenvolvimento e combater a pobreza. Há, no entanto, ganhos concretos auferidos pelo Brasil em seu relacionamento com a África: acesso a mercados, vantajosas oportunidades econômicas e maior influência em foros multilaterais. Ou seja, o engajamento com a África eleva o perfil internacional do Brasil” (MRE 2010, Resumo Executivo, p. 35).

Um exemplo simbólico dessa mistura de *soft* e *hard power* foi o anúncio de perdão da dívida da República Democrática do Congo com o Brasil (em torno de US\$ 360 milhões), “trocada” pela compra de bens e serviços brasileiros para investimento na infraestrutura.

Atualmente, os principais setores que são destino de investimentos de empresas brasileiras no continente africano são mineração, petróleo e gás, e construção civil, em particular, obras de infraestrutura (ver mapa). Destaca-se a presença da Vale e da Petrobras em vários países, bem

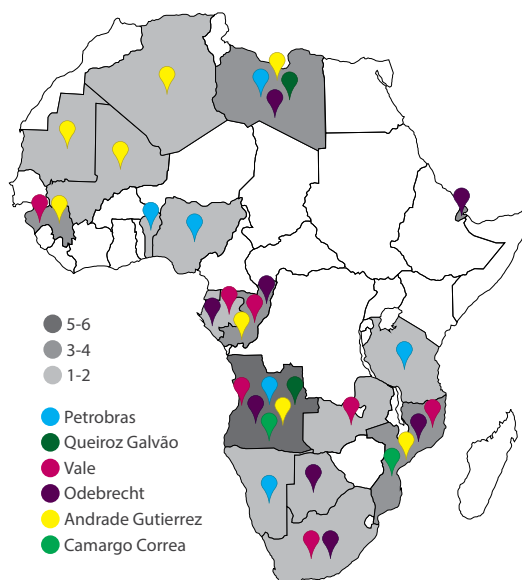
10 - País elabora estratégia para se tornar mais competitivo na África. Valor Econômico, 8 de novembro de 2011.

11 - China já mantém esse mecanismo de troca entre financiamento de serviços de infraestrutura por matérias-primas e commodities, como no caso do Sudão, Zimbábue e outros. Foi notório o caso de Angola, que rompeu negociações com o FMI em 2003, em favor do crédito oferecido pelo governo chinês. Ver Dent (2011).

12 - Perdoa-se a dívida e, ao mesmo tempo, cria-se novas oportunidades de negócios para empresas brasileiras. O *soft power* ou o poder brando, de Joseph Nye, é um termo utilizado na teoria de relações internacionais para descrever a habilidade de um Estado em influenciar ou induzir certos comportamentos por parte de outros Estados utilizando-se de instrumentos culturais e ideológicos. A ele se contrapõe o conceito de *hard power* que é na tradição realista o exercício do poder justificado por alguma superioridade, normalmente econômica e militar, de um Estado sobre o outro, como tamanho da população, tecnologia (militar), PIB entre outros.

como de empreiteiras<sup>13</sup> brasileiras, que com o financiamento do BNDES e da Câmara de Comércio Exterior, estão transformando o continente num “canteiro de obras” (MRE, 2010).

### Empresas brasileiras na África



Fonte: Banco Mundial & IPEA, 2011

Entre as construtoras, a Odebrecht destaca-se em Angola, onde atua desde 1984. Segundo fontes jornalísticas, a empresa investe anualmente mais de US\$ 1 bilhão em Angola e emprega 20 mil funcionários em diferentes setores. Além da construção civil, seu campo original de atuação, em Angola, a construtora também está na extração de diamantes, na administração de supermercados, na extração de petróleo, na produção de agrocombustíveis, entre outros. Do volume total de US\$ 3,5 bilhões do BNDES para projetos em Angola, nada menos que 49% teriam como fim a Odebrecht<sup>14</sup>.

A Odebrecht também atua no Sudão e Gana, onde está envolvida em empreendimentos de etanol, além de Moçambique com a infraestrutura da mina de Moatize, da Vale, juntamente com empresas construtoras brasileiras. A Vale é outra empresa brasileira que tem no continente africano um novo território de expansão. Sua entrada se deu em 2003 e 2007 quando adquiriu subsidiárias no Gabão, Moçambique, Angola e África do Sul. O ex-diretor-presidente da empresa, Roger Agnelli (2009), declarou que estar na África constitui uma vantagem comparativa importante para a empresa, pois trata-se de um continente que ainda possui fontes de recursos naturais intactas a serem exploradas. Para ele, a integração complementar do continente africano com as

13 - O Itamaraty destaca a Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão que atuam em diversos países, tais como Moçambique, Angola, Guiné Equatorial, Guiné Conacri, Mauritània, Argélia e Líbia. Na Líbia, até a última operação da OTAN, as empresas brasileiras detinham uma carteira de mais de US\$ 6 bilhões em obras, sendo US\$ 3,5 bilhões para construção do novo aeroporto internacional e do anel rodoviário de Trípoli pela Odebrecht (Ibid.).

14 - Com BNDES e negócios com políticos, Odebrecht ergue ‘império’ em Angola. Disponível em <http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2012/09/18/com-bndes-e-negocios-com-politicos-odebrecht-ergue-imperio-em-angola.jhtm> (acesso em 18 de setembro de 2012)

Américas significaria uma nova “Pangeia”. As atividades na África representam espaços de exploração e armas na competição com empresas chinesas, tendo como fim o mercado daquele país<sup>15</sup>. Atualmente, a empresa adquiriu uma das maiores reservas de minério de ferro no continente africano, a jazida de Simandou em Guiné.

Em seus documentos, o Itamaraty destaca a atuação da Vale no Zâmbia, Gabão, República Democrática do Congo, Angola, África do Sul, Moçambique (mais de US\$ 4,5 bilhões de investimentos) e na Guiné (onde comprou, por US\$ 2,5 bilhões, 51% das operações da empresa BSG Resources). O Ministério também aponta para a Petrobras, que trabalha com empresas locais e estrangeiras na prospecção em águas profundas e no seguimento de exploração e produção. A Petrobras atua em Angola, Líbia, Namíbia, Tanzânia, e na Nigéria, principal exportador de petróleo para o Brasil. A Petrobras, por meio da Petrobras Biocombustível<sup>16</sup>, vem ampliando também a sua atuação nos agrocombustíveis nos países africanos (muitos países possuem mandatos de adição de agrocombustíveis<sup>17</sup>). Hoje possui uma usina de açúcar em Moçambique que em 2014 iniciará a produção de etanol.

Ademais, outros empreendimentos são relatados pelo Ministério: a produtora de ônibus Marco-polo atua no Egito e na África do Sul; a empresa RANDOM está na Argélia e no Quênia; o consórcio formado pela Eletrobrás, Furnas, Odebrecht e Engevix assinou contrato com os governos da Namíbia e de Angola para estudo de viabilidade de aproveitamento hidrelétrico em Baynes, no rio Cunene; a Odebrecht construirá usina de etanol em Gana e em Angola; a empresa brasileira HRT-Petroleum iniciou suas atividades de campo na Namíbia, em 2008; a empresa brasileira Dedini Indústria de Base S/A vendeu ao Sudão, em 2008, a primeira usina de etanol instalada naquele país (MRE 2010).

De acordo com White (2010), as empresas brasileiras dos setores de extração de recursos minerais, construção civil e agricultura representam uma nova era de trocas comerciais nas relações entre o Brasil e o continente. Além dos vínculos históricos e culturais, a atuação da política externa brasileira e a promoção do investimento no continente africano também devem ser compreendidas sob o aspecto geopolítico de competição por acesso a recursos naturais na concorrência com potências tradicionais e emergentes<sup>18</sup>. Ainda assim, a atuação brasileira é pequena se comparada à chinesa. Enquanto as exportações do Brasil para a África estavam em US\$ 18,5 bilhões, em 2008 (e as importações, aprox. US\$ 8 bilhões), as chinesas chegavam a US\$ 107 bilhões (Ibid., p. 230).

Angola é um dos principais países onde empresas e instituições financeiras brasileiras têm que enfrentar a competição com a China. Embora o crédito do BNDES ao governo angolano seja significativo em termos políticos, ele é muito inferior às crescentes linhas de crédito chinesas para o país, que já totalizam aprox. US\$ 15 bilhões<sup>19</sup>. De acordo com a Agência Brasileira de Exportação e Investimento (APEX), Angola tornou-se, a partir de 2003, “*um dos principais sustentáculos da política brasileira para África*”, uma vez que é o maior receptor de investimentos brasileiros no

15 - A disputa da Vale com empresas chinesas no Gabão tornou-se exemplar disso. Ver: Como os chineses venceram a Vale no Gabão. Valor Econômico, 8 de setembro de 2011.

16 - A atuação da empresa se dá por meio da coligada Guarani, da qual a Petrobras detém 45,7% do capital.

17 - Angola, Moçambique e África do Sul possuem mandatos de adição de 10% de etanol ao combustível comercializado. O Quênia implementa o E10 em uma província e o Zimbábue pretende intaurar até 2015. Além disso, a Etiópia e o Sudão possuem mandatos de 5% e o Malawi de 20%.

18 - Segundo White, o Brasil tem um engajamento situado entre o “estilo chinês” (que seria altamente político e apoiado pelo peso do Estado por trás dos investimentos e das iniciativas de cooperação) e o “estilo indiano” (caracterizado por investimentos e atividades empreendedoras do setor privado) (Ibid., p. 229).

19 - China’s global reach: lending more than the World Bank., in www.bbc.co.uk/news/business-16092634 (acesso outubro de 2012)



continente (APEX 2010). Segundo a APEX, o Brasil tem se beneficiado do crescimento econômico angolano: as exportações ao país aumentaram 10 vezes, de US\$ 200 milhões, em 2000, para quase US\$ 2 bilhões, em 2008. O IED brasileiro em Angola totalizou US\$ 58 milhões em 2008, destacando-se as empresas da área de construção civil e a Petrobras<sup>20</sup>.

Na África, a APEX promove a participação de empresas brasileiras em feiras de negócios e missões empresariais, juntamente com o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC). A título de exemplo, no final de 2009 foi realizada missão empresarial em Angola, Moçambique e África do Sul, acompanhada por 93 empresas de variados setores<sup>21</sup>, resultando em US\$ 115,2 milhões em negócios<sup>22</sup>. Já no final de 2011, uma nova missão comercial foi realizada em Moçambique, Angola e África do Sul, com 53 empresas dos setores diferenciados. A APEX estima que essas missões geraram negócios no volume de US\$ 19 milhões em Moçambique, US\$ 51 milhões em Angola e US\$ 52 milhões na África do Sul<sup>23</sup>.

Ademais, alguns autores destacam mecanismos não institucionalizados, que demonstram “coincidir” as estratégias de política externa com a lógica de investimentos das empresas. Um exemplo desses mecanismos é a abertura de embaixadas brasileiras em países em que há interesse de expansão do capital com sede no Brasil. Sennes & Mendes (2009) citam a atuação da Petrobras na Tanzânia e Guiné Equatorial coincidindo com a abertura de embaixadas brasileiras nesses países, facilitando o ganho de concessões de operação e concorrência.

## Cooperação técnica e ajuda para o desenvolvimento

A atual relação entre Brasil, Angola e Moçambique inova ao reforçar o pilar da chamada “**cooperação técnica e ajuda para o desenvolvimento**”, que envolve, além da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), outros atores estatais brasileiros, como a FIOCRUZ, a EMBRAPA, o SENAI e alguns ministérios como o MDS e o MDA. Isso implica a “internacionalização” de instituições brasileiras para além do campo econômico ou de política externa. Durante o governo Lula, o Brasil passou de receptor para ser um doador de ajuda internacional. Saltou assim de um aporte de aprox. US\$ 1,5 milhão, em 2003, para mais de US\$ 33 milhões em 2010<sup>24</sup> (MRE, 2010). Nos dois últimos anos, a África recebeu cerca de 50% do volume total da ajuda brasileira, onde destacou-se Moçambique<sup>25</sup> como principal receptor. As principais áreas que receberam assistência brasileira foram agricultura tropical, medicina tropical, ensino profissionalizante, proteção social e energia, sendo esta última uma “prioridade da agenda Brasil-África”, especialmente na área de agrocombustíveis (IPEA & BANCO MUNDIAL 2011, p. 49).

A cooperação é considerada um “investimento”, na medida em que objetiva ganhos de segurança e de interesse nacional, ao “promover a paz” em regiões vizinhas ou próxima, além de

20 - Esta última atua em Angola desde 1979, e passou a ser operadora na exploração petrolífera, especificamente em águas profundas, e não apenas exploradora de poços. Seu plano de negócios 2009-13 prevê 5% dos investimentos no exterior para o país.

21 - Dentre eles: alimentos e bebidas, agronegócio, casa e construção, indústria automotiva, energia, máquinas e equipamentos, varejo, cosméticos, materiais elétricos e eletroeletrônicos, calçados, defesa, infraestrutura e têxtil.

22 - “APEX-Brasil lança Centro de Negócios em Angola”, Nota APEX 25/11/2010, [www.apexbrasil.com.br](http://www.apexbrasil.com.br)

23 - “Missão comercial à África conclui ações com expectativa de US\$ 122 milhões em negócios”, nota APEX de 1/12/2011, disponível em [www.apexbrasil.com.br](http://www.apexbrasil.com.br)

24 - Contabilizados somente projetos e atividades isoladas da ABC.

25 - Os principais países receptores da cooperação são: Moçambique (15,78%), Timor Leste (15,16%), Guiné-Bissau (14,43%), Haiti (13,11%), Cabo Verde (9,79%), Paraguai (7,45%), São Tomé e Príncipe (6,99%), Guatemala (6,37%), Angola (4,76%), Uruguai (3,26%) e Cuba (2,9%). Ver MRE 2010.

ganhos econômicos, comerciais e políticos. Ela “projeta internacionalmente o Brasil como um país que contribui para a construção de um mundo mais justo e equilibrado”, facilitando, assim, o diálogo e o concerto de decisões nos fóruns internacionais (SCHMITZ 2011). Nos discursos sobre cooperação Sul-Sul, o Brasil, como um “novo doador”, diferencia-se de doadores tradicionais (como os países que compõem a OCDE) por disponibilizar recursos não reembolsáveis, por não vincular a ajuda a condicionais econômicas e/ou políticas e por não envolver em seus instrumentos a transferência de recursos, evitando, desse modo, corrupção, desvios etc. (IPEA & BANCO MUNDIAL 2011, p. 38-9). Essa visão otimista da cooperação Sul-Sul enfatiza a “horizontalidade” entre doador e receptor e a “autonomia” do país receptor. Esse discurso, entretanto, esconde relações de poder e de dependência peculiares e indiretas, que ainda precisam ser averiguadas.

O Brasil também coopera de forma triangular com potências tradicionais na África. A cooperação trilateral tem motivações políticas de reconhecimento e credibilidade nas instâncias multilaterais, atribuindo ao Brasil o papel de liderança de países em desenvolvimento (IPEA & ABC 2010). Por exemplo, em Moçambique, o Brasil coopera com os EUA na área de saúde, no combate ao HIV e à malária, bem como em iniciativas de fortalecimento institucional em pesquisa agrônoma. Com o Japão é parceiro no projeto de desenvolvimento agrícola da savana tropical (“ProSavana”); na Tanzânia, coopera com a Suécia na produção de agrocombustíveis, e com a China na distribuição de imagens de satélites a outros países do continente africano (MRE 2010).

A EMBRAPA e a FIOCRUZ são duas entidades que se destacam nas relações brasileiras com a África. A área de saúde recebe 24% do total investido em cooperação técnica do Brasil, sendo 49% dos recursos provindos do Ministério de Relações Exteriores, 24% do Ministério da Saúde e 20% da Fiocruz (IPEA & ABC 2010). Segundo o IPEA & ABC (2010), o país desenvolve mais de 160 projetos na área de saúde e realizou mais de 100 missões técnicas no exterior entre 2005 e 2009. De acordo com a ENSP/FIOCRUZ (2008), o fortalecimento da cooperação técnica na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e África visaria também “contribuir para uma maior presença do Brasil nos organismos internacionais e multilaterais”. A Fiocruz abriu, em 2006, um escritório internacional em Moçambique, e atua em projetos em outros países do continente, como Angola, África do Sul, Namíbia, Quênia e Zimbábue. A maioria dos programas está na área de educação em saúde e implementação de cursos e instituições de ensino, mas também há a construção de laboratórios e de uma fábrica de medicamentos antiretrovirais em Moçambique. Essa fábrica, considerada uma das principais medidas de cooperação para a África, teve 80% de sua obra financiada pela Fundação Vale<sup>26</sup>.

Na área de agricultura, de acordo com o IPEA & ABC (2010, p. 37), o Brasil possui reconhecida experiência em manejo de cultivos tropicais e contribui para que programas de cultivo de cacau sejam implementados em Camarões, Colômbia, Congo e Equador. Além disso, uma das principais iniciativas é a ação de Cooperação Internacional para a Difusão da Agroenergia, baseada na estruturação de programas de fomento à produção e ao uso de etanol e biodiesel em terceiros países. A acentuação das ações de política externa em torno dos agrocombustíveis no governo Lula ficou conhecida como a Diplomacia do Etanol, e tinha como principal objetivo difundir o uso e a produção de biocombustíveis, transformando-os em *commodity*, visando à

.....  
26 - <http://www.mozambique.org.br/pt/index.php/84-fabrica-de-antiretroviras-inicia-fase-de-operacoes> (acesso outubro 2012)

construção de um mercado internacional do qual o Brasil seria uma das principais lideranças<sup>27</sup>. O governo brasileiro realizou duas edições do Ethanol Week para apresentar o processo de estruturação da indústria nacional de etanol combustível.

No campo agrícola, as políticas de cooperação se confundem, em muitos casos, com os fluxos de investimentos e os financiamentos públicos de apoio à internacionalização de empresas brasileiras. O aumento da produção de etanol, além de conformar um mercado mundial para o combustível, abre uma grande oportunidade para o Brasil de transferência tecnologia (por meio de seus órgãos governamentais e empresas) com o fortalecimento da demanda por máquinas e equipamentos para a sua produção. Ademais, apresenta um discurso que localiza a produção de biocombustíveis como uma política de cooperação que permite o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e o desenvolvimento rural. Com esse pretexto, a Petrobras iniciou cooperação em biocombustíveis em Moçambique e Angola. Já a Odebrecht, uma *joint venture* com a estatal angolana Sonangol e a empresa Demer, a Companhia de Bioenergia de Angola (BIOCOM), com investimento de US\$ 400 milhões.

A EMBRAPA é o principal ator na área da agricultura. Ela vem passando por um processo de internacionalização amplo, com escritórios e laboratórios em todos os cinco continentes. A empresa estabeleceu dois projetos regionais no continente africano, denominados “estruturantes”: a fazenda-modelo de produção de algodão em Mali (atuando nos países denominados Cotton 4: Mali, Benin, Burkina Faso e Chade) e a fazenda experimental para produção de arroz no Senegal, que teve um orçamento de US\$ 2,4 milhões investidos (Ibid., p. 56). A empresa atua em projetos de cooperação em Angola, Gana, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Moçambique, e em projetos de produção do etanol e agrocombustíveis de um modo geral em Gana, Sudão, Senegal e Nigéria<sup>28</sup>. Segundo declaração da Embrapa, a transferência de tecnologia e produtos se desdobra em negócios, uma vez que fomenta também a compra de insumos e equipamentos agrícolas do Brasil<sup>29</sup>.

Em Moçambique, a EMBRAPA possui três “projetos estruturantes” em cooperação trilateral, dois com a americana Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e um com a japonesa Japan Cooperation Agency (JICA). Este último situa-se na província de Nacala, no norte do país, próxima à província de Tete, onde se encontra a mina de carvão de Moatize, explorada pela Vale. A região de Nacala possui características de clima e solo muito próximas ao cerrado brasileiro que vivenciou na década de 1960-70 a expansão acelerada de variedades adaptadas de soja, fruto de uma política pública também implementada com cooperação da JICA (Programa de Cooperação Japão - Brasil para o Desenvolvimento dos Cerrados - Prodecer). Procura-se reproduzir essa experiência na savana tropical de Moçambique. Segundo o IPEA & Banco Mundial (2011, p. 57), “a expectativa é reproduzir a transformação positiva do cerrado brasileiro em uma área agrícola produtiva, para construir capacidade competitiva e criar uma solução sustentável e sólida do ponto de vista ambiental para o desenvolvimento da agricultura local e regional”. De acordo com o *Valor Econômico*, está prevista a aplicação de US\$ 14,6 milhões no desenvolvimento da produção de grãos no Corredor de Nacala, dos quais a EMBRAPA participa com US\$ 6,1 milhões, sob a forma de horas de trabalho de seus pesquisadores<sup>30</sup>.

27 - Estimativas informam que o Brasil e os Estados Unidos respondem atualmente por cerca de 80% da produção mundial de etanol.

28 - <http://www.abc.gov.br/projetos/cooperacaoPrestada.asp>

29 - Declaração em Cooperação internacional: ajuda ao próximo e ao distante. IPEA, Desafios do Desenvolvimento, ano 8, nr. 65, 2011.

30 - Embrapa tenta replicar experiência brasileira. *Valor Econômico*, 21 de novembro de 2011. Disponível em <http://www.valor.com.br/impresso/brasil/embrapa-tenta-replicar-experiencia-brasileira>.

O “ProSavana”, em particular o desenho de um Plano Diretor para o Desenvolvimento da Agricultura para o Corredor de Nacala (capitaneado pela Embrapa em cooperação com a JICA), se articula com grandes obras de infraestrutura num complexo mina-ferrovia-porto/aeroporto, conduzido pela Vale<sup>31</sup>. A Fundação Getúlio Vargas<sup>32</sup> é outro ator que vem tendo um papel crescente nesse arranjo, em particular na atração de investimentos privados na região, tendo lançado em julho de 2011 um fundo para “promover o desenvolvimento social, ambiental e econômico ao longo do Corredor de Nacala, usando a experiência do Brasil na área do agronegócio”<sup>33</sup>. A meta é levantar US\$ 2 bilhões e atrair investidores e produtores privados para atuarem na região. Adicionalmente, o governo brasileiro teria aberto uma linha de crédito de US\$ 97,59 milhões para a aquisição de maquinário e equipamento agrícola no Brasil, como parte do “Programa mais Alimentos” do Ministério do Desenvolvimento Agrário<sup>34</sup>.

No âmbito do ensino técnico, o SENAI possui 29 projetos na África subsaariana. Em Angola, há a instalação de centros de formação profissionalizante desde o fim da guerra civil. Segundo IPEA & Banco mundial (2011, p. 66), entre 1999 e 2006, mais de 3 mil angolanos foram formados com cooperação brasileira. Em Moçambique, está sendo criado um Centro Nacional de Formação Profissional com base no modelo brasileiro. Nessa área, mais uma vez, os interesses empresariais se cruzam com a atuação da cooperação técnica. Esse mesmo estudo apontou para o apoio do SENAI à Odebrecht, em 2007, no lançamento do Centro Integrado de Formação Tecnológica (CINFOTEC) em Luanda. Já a Vale solicitou, em 2008, o apoio do SENAI para um programa de treinamento de trabalhadores em Moçambique. Em 2011, a Petrobras Tanzania Limited (PETAN) solicitou os serviços do SENAI para realizar um programa de capacitação em parceria com o governo desse país (Ibid., p. 69).

Por fim, o sucesso dos programas sociais do governo Lula, no plano doméstico, teriam feito do Brasil um exportador de “tecnologia social” para outros países em desenvolvimento. Essa outra dimensão da “internacionalização do Brasil” transcendeu os vetores sociais e comerciais e se tornou um importante componente da política externa atual para a África (WHITE 2010, 228). O Brasil assume o papel, reforçado por atores como o Banco Mundial e FAO, do “modelo que deu certo” na combinação de crescimento econômico e inclusão social. A posição de potência emergente alçou o Brasil a uma posição de proximidade e de conhecimento dos problemas vivenciados pelos países em desenvolvimento, que torna natural a transferência direta de soluções brasileiras para a realidade desses países. Isso se deu com programas de transferência de renda, como o “Bolsa Família” (GIUGALE, 2012), com o Programa Aquisição de Alimentos, com o Mais Alimentos em com o desenho de uma política para a segurança alimentar e nutricional no âmbito dos países e da CPLP<sup>35</sup>.

31 - Por sua vez, em grande parte construído por empreiteiras brasileiras como a Odebrecht e tendo, em alguns casos como no aeroporto de Nacala, financiamento do BNDES.

32 - A inserção da FGV nessa iniciativa se dá em grande parte por meio da FGV Projetos e no âmbito do projeto Tropical Belt que desde 2006 visa à construção de modelos sustentáveis e inovadores que ajudem o desenvolvimento de países situados na região tropical do planeta.

33 - <http://www.africa21digital.com/economia/ver/20000521-fundacao-getulio-vargas-vai-lancar-fundo-para-mocambique> (acesso em julho de 2012).

34 - Ibid. Segundo esta fonte, “Este crédito foi cedido a Moçambique pela Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) e será na forma de empréstimo concessional para ser amortizado num período de 17 anos, com um período de graça de cinco anos e uma taxa de juros de dois por cento”.

35 - Em julho de 2012, por exemplo, foi criado -inspirado no brasileiro- o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP que tem o objetivo de reproduzir no continente africano o modelo brasileiro de estrutura e instância de participação que possibilita à sociedade civil participar, em articulação com os governos, da formulação de políticas públicas para a segurança alimentar.



## METODOLOGIA: ENTREVISTAS E PESQUISA DE CAMPO

“Fala-se muito da África... mas pouco se sabe. Começava com isso... Lá na África.. Ora, aqui não é um “borrão”. Vocês não iam gostar que a gente dissesse lá na América Latina. Aliás fazem questão de dizer o Brasil e a América Latina justamente para se diferenciar. Não têm ideia nenhuma [daqui]. (...) Há uma ignorância muito grande. Uma ignorância que é aproveitada por outros interesses” (informação verbal<sup>36</sup>).

Essa ampla e diversificada atuação do Brasil no continente africano mostra uma realidade que não é simples de ser compreendida. Sua ação compreende um conjunto diversificado de atores, além do ator “clássico” da política externa brasileira, o Itamaraty, e arranjos institucionais que não são triviais, e que variam de acordo com o campo e a política em questão. Ademais, os países africanos, ao contrário das visões simplistas<sup>37</sup> que os vêem como espaços vazios, guardam uma trajetória histórica específica, com contextos políticos, sociais e econômicos singulares, e atores diversificados. Das leituras que reconstróem o papel do Brasil na África, a grosso modo, podemos destacar um linha que encerra posicionamentos polarizados em dois extremos. Alguns apontam para um Brasil “parceiro”, que tem uma proximidade cultural e história em comum com a África, e que se relaciona em patamar de igualdade para ajudar os países africanos. Outros apontam para um Brasil “imperialista”, explorador dos recursos naturais com projetos com impactos sociais, ambientais e trabalhistas negativos e que, assim, pouco se diferencia do projeto de atuação das demais potências tradicionais. Nessa perspectiva, a África constitui um território estratégico da disputa geopolítica por acesso a recursos energéticos, minerais e agrícolas.

Entre uma visão e outra, muito pouco se sabe sobre a história, a realidade e a vida nesses países da África lusófona. São visões que utilizam “lentes” de quem está fora da realidade local. As diferentes visões sobre “a África” partem da realidade do Brasil, um país “emergente”, que busca ser uma potência reconhecida globalmente e constrói seu projeto de poder tendo na África uma de suas plataformas de sustentação. Poucos se dão ao trabalho de ir a esses países para sentir, ver, vivenciar e ouvir. Estão assim pouco abertos para escutar os atores locais. Esse, assim, é um traço que conecta essas visões extremas: o pouco espaço que é relegado nessas análises aos atores locais e às particularidades dos contextos político e econômicos analisados. A origem desta lacuna muitas vezes está associada ao desinteresse e à arrogância com os quais se enxerga a realidade africana, e que parte da elite, de intelectuais acadêmicos e dos próprios movimentos sociais.

Partimos da necessidade de escutar esses atores e estar no local, privilegiando em nosso estudo a viagem a campo e a realização de entrevistas. Ao chegarmos em Angola, percebemos que pensar a África de lá era completamente diferente de pensar a África do Brasil. Usamos categorias que não se encaixam de forma automática no pensamento e no entendimento local. Naturalmente, as poucas semanas que passamos nos dois países não foram suficientes para dar conta

36 - Entrevista realizada com professora da Universidade Agostinho Neto, em Luanda.

37 - Sombra Saraiva (2010, p. 54) constata que a reflexão acerca dos desafios africanos no Brasil é modesta e tardia. A interpretação dominante acerca do futuro do continente africano seria plasmada por olhares enviesados que invadem o campo acadêmico, a opinião pública, os meios de comunicação, os governos e empresas nacionais. A produção nacional de livros a respeito da África, continua o autor, seria bastante escassa e normalmente detentores de metodologias que pouco valorizam ou desprezam a pesquisa in loco, reproduzindo visões românticas ou preconceituosas do outro lado do Atlântico Sul.

da tarefa de mudar nossa forma de analisar e pensar, ou para apreendermos a complexa realidade africana na sua totalidade. Mas foi um início. Entrevistamos atores governamentais, atores privados, acadêmicos, organizações sociais, sindicais, ambientais e populares, representantes de organismos internacionais em Angola e Moçambique. Procuramos compreender e escutar esses atores, a partir de seus diferentes lugares de atuação, levantando nas entrevistas sua visão e percepção sobre a inserção do Brasil em seus respectivos países. As entrevistas foram realizadas por meio de um roteiro semi-estruturado dividido em três blocos temáticos. O primeiro procurava mapear os projetos e ações representativos do Brasil nos dois países, identificando os arranjos institucionais que dão corpo e operacionalizam esses projetos (em especial com relação ao financiamento), bem como as percepções dos atores com relação aos mesmos.

Tendo em vista que o Brasil atua nesses países em competição ou em cooperação com as potências tradicionais (Europa, EUA, Japão) e com as chamadas “emergentes”, especialmente a China, o segundo bloco procurava captar a percepção que os atores locais tinham do Brasil com relação a essas outras potências (similitudes e diferenças). Assim, procuramos saber dos atores entrevistados quais os principais países que investem em Angola/em Moçambique e se eles percebem concorrência entre os projetos desses atores com os do Brasil. Afinal, o que diferencia os projetos envolvendo atores brasileiros e os de outros países?

Finalizamos o roteiro com duas perguntas que procuravam dar conta das perspectivas futuras da atuação do Brasil na África. Assim, imaginando a próxima década, solicitamos aos entrevistados que indicassem como projetam a atuação futura do Brasil na África tendo em vista as tendências atuais e que citassem os campos que considera estratégicos para a atuação do Brasil tendo em vista o desenvolvimento do seu país.

Angola e Moçambique são dois países muito diferentes, apesar de guardarem elementos comuns. Ambos passaram pela colonização portuguesa, por lutas pela independência tardias, por guerras civis prolongadas e por tentativas de construção de Estados no modelo socialista soviético. Em ambos os países, chama atenção a forte influência que o passado colonial e a guerra civil ainda exercem no contexto político e social atual, em particular, na força de coerção e controle exercido pelo Estado e, em contrapartida, no pouco espaço que é relegado no cenário político à críticas e ao protagonismo das organizações da sociedade civil.

Como em boa parte das colônias africanas, Portugal não permitia, durante o regime colonial, atividade política independente. Nesse contexto, qualquer iniciativa organizativa como sindicatos, associações juvenis, étnicas ou regionais, bem como partidos políticos, eram encaradas como forças potencialmente desestabilizadoras e, por isso, sistematicamente suprimidos. Parte desse sentimento, como veremos ao longo da pesquisa, permanece. Para além da herança colonial, identificam-se pelo menos três fatores políticos no contexto atual de Angola e Moçambique que obstaculizam o fortalecimento de uma sociedade civil mais ativa e com maior espaço de reivindicação no cenário político nacional. São eles: resquícios da forma de partido marxista-leninista predominante nesses países após a independência; a conformação de um sistema presidencialista que dá amplos poderes ao presidente; e um sistema de clientelismo e apadrinhamentos encrustado em todas as esferas da vida social (AMUNDSEN & ABREU, 2007).

Entretanto, não obstante as semelhanças, ambos os países apresentam diferenças fundamentais. O elemento que mais chamou atenção se relaciona com a forma diferenciada com a qual o Estado, em cada um dos países, intervém na economia com o objetivo de organizar e planejar

os processos econômicos. Em Angola, vivenciamos um Estado marcadamente presente. O Estado está no policiamento e controle nas ruas (sequer era possível tirar fotografias em autorização!), na condução dos investimentos, com o controle sobre as empresas que entram e atuam no país, e no seio da sociedade civil, corporificado nas organizações de massa, filiadas ao partido, e que congregam mulheres, juventude e camponeses. Em muitos casos, o governo tem participação nos conselhos das próprias empresas ou pessoas com cargos públicos com alto poder decisório detém empresas que realizam obras públicas, o que muitos apontaram como forma de coletar “comissões” ou propinas. A impressão, por meio das conversas e entrevistas, é que o governo de Angola demonstra elevada capacidade de intervenção e organização da economia, mesmo que isso não seja feito de forma transparente e com participação social na tomada das decisões.

Em Moçambique, ainda que o Estado permaneça importante em muitas dimensões da vida cotidiana, sua força no âmbito da economia nos pareceu menos evidente. A capacidade de coerção do Estado ficou evidente nas entrevistas quando se tratava da repressão de protestos e revoltas de populações e trabalhadores e de controle de posicionamentos críticos da sociedade civil por meio da infiltração de espiões nessas organizações<sup>38</sup>. Contudo, em Moçambique, muitos entrevistados relativizaram a força do Estado em conduzir os processos econômicos em curso no país, estando refém de uma lógica que obedece a um ciclo com raiz no endividamento público. Nesse sentido, o Estado moçambicano, muitas vezes, foi associado a uma suposta “incapacidade” de ação, controle e monitoramento sobre os investimentos em seu território, especialmente no que concerne às violações trabalhistas e às questões ambientais e de direitos das comunidades. Deve-se isso ao contexto de um Estado que há pouco tempo foi surpreendido com descobertas de importantes reservas minerais, associado à insuficiência de quadros burocráticos qualificados e a uma forte ideologia liberal, reforçada pelo elevado grau de endividamento e dependência da ajuda externa. O resultado dessa equação é um Estado moçambicano que aparenta relativa fragilidade frente a gigantes empresas multinacionais e ao fluxo de recursos provenientes de cooperação e doações, necessárias para fechar as contas nacionais.

O reconhecimento do governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) pelo governo Geisel em 1975 foi um fato constantemente lembrado por todos os atores entrevistados nesse país. Calcada fortemente nas suas imensas reservas de recursos minerais, Angola, tem apresentado nos últimos anos um crescimento econômico impressionante, em alguns anos chegando a 20% a.a.. Consolida-se, contudo, no país uma sociedade com imensa desigualdade econômica e social que, não obstante a diversidade das províncias do interior, em Luanda, pode ser categorizada em duas Angolas. De um lado, a pobreza extrema e a falta de acesso a serviços públicos e direitos humanos básicos a boa parte da população; de outro, uma pequena elite nacional e internacional com acesso ampliado aos rendimentos do petróleo e conectada com os fluxos de investimento do mercado global.

38 - Informação coletada em entrevistas com organizações da sociedade civil, com acadêmicos e alguns membros do Estado críticos à utilização desses instrumentos.



O mercado informal, assim, é muito grande, cerca de 70-80% das pessoas trabalham informalmente, com uma maior proporção de mulheres (que andam pela cidade com suas mercadorias equilibradas em bacias na cabeça, as zungueiras).

A indústria nacional é pouco desenvolvida. Quase todos os produtos de consumo são importados, desde alimentos e tijolos, até produtos com maior valor agregado. Os sistemas públicos, educação, saúde, transporte e a infraestrutura das cidades são precários, com falta de luz constante e ausência de saneamento básico em grande parte dos aglomerados urbanos. Muitos atribuem essas deficiências a mais de vinte anos de guerra civil (1975-2002), com um fim muito recente (dez anos apenas). Os ônibus e as combis, (chamadas “candongueiros”) servem à camada da população mais pobre, enquanto que as classes alta, média e média baixa circulam pela cidade em carros luxuosos que, na medida em que se tornam mais numerosos, acentuam o trânsito caótico de Luanda. Nas zonas periféricas da cidade e no interior do país, a situação pode ser ainda mais difícil dados os resquícios claros do período da guerra. Para além de todos esses fatores, como todos os países detentores de muitos recursos minerais e conectados aos fluxos e mercados globais, Angola é um país caríssimo.

Moçambique, por sua vez, é o “*caso modelar de inserção internacional altaneira na ordem internacional do início do século XXI*” (SOMBRA SARAIVA, 2010, p. 65). O país sofreu em 2006 inúmeras análises e foi objeto de receituários de instituições e organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, levando à realização de inúmeras reformas econômicas liberalizantes. Nesse sentido, está submetido atualmente a *reverse dependence* (idem, p. 72) segundo o qual instituições internacionais necessitam obter resultados positivos na aplicação de medidas econômicas em países africanos com o objetivo de legitimizar suas posições no plano global (idem). Após dezesseis anos de guerra civil, o Estado moçambicano vem perseguindo o crescimento econômico continuado pelo incremento dos investimentos estrangeiros, pelo fomento a exportações e pela busca de uma certa constância nos montantes de ajuda internacional. Essas medidas têm se refletido internamente num padrão de desenvolvimento calcado na exportação de produtos primários, notadamente recursos minerais, e importação de produtos com elevado valor agregado e numa baixa diversificação da indústria nacional. Chama atenção a acentuada dependência de ajuda externa para o fechamento de seu orçamento (cerca de 45-47%).

É um país com uma melhor infraestrutura que Angola, talvez por ter encerrado a guerra civil há mais tempo. As ruas de Maputo são mais asfaltadas, há mais saneamento básico e os serviços de oferta de energia, água e internet são mais bem estruturados e com uma rede maior de capilaridade. Os serviços à disposição para a população e visitantes em Maputo também são mais sofisticados.

Em ambos os países, mas principalmente em Angola, que tem pretensões de se tornar uma potência e liderança regional (rivalizando com a África do Sul), a principal questão que movimentava os entrevistados era os caminhos possíveis para a diversificação da economia. Nos





dois contextos, a ajuda externa e a transferência de tecnologias via cooperação e políticas de investimento externo eram vistas como condições necessárias para se alcançar o “salto de modernização”. A questão ambiental, nesse contexto, não parecia ter ainda muito espaço. Ainda que no contexto atual algumas dimensões da modernização não só se mostrem desejadas, mas necessárias (em particular nos aspectos relacionados com as condições de vida da população e com a distribuição das oportunidades dentre amplas camadas da sociedade local), na medida em que avançávamos na pesquisa, nos questionávamos mais e mais sobre as direções para os quais esses processos apontavam e para o papel que o Brasil desempenharia nesse emaranhado. O quadro desenhado ao final reflete um mosaico complexo e diversificado que combina em diferentes doses interesses econômicos, laços históricos e políticos, ações em solidariedade, investimentos e estratégias geopolíticas. As pistas que fomos recolhendo ao longo do caminho estão reunidas no texto que apresentamos a seguir.



## BALANÇO DAS ENTREVISTAS

### A - Quais são os projetos brasileiros/empresas brasileiras que você destacaria como mais importantes aqui em Moçambique/Angola?

Para a maior parte dos atores entrevistados, as distintas facetas do Brasil (a dimensão da política diplomática, do comércio e do investimento e da cooperação para o desenvolvimento) se combinam e contrastam de forma diferenciada, nem sempre previsíveis ou articuladas. Essas distintas ações, contudo, produzem diferentes efeitos sobre as variadas dimensões da vida em Angola e Moçambique.

Um dos principais traços que destacam a presença brasileira nesses países tem sido o posicionamento privilegiado de empresas brasileiras da construção civil e do setor extrativo. Angola lidera como o maior destino dos investimentos privados brasileiros, em particular nas áreas de energia, mineração e construção civil, com destaque para obras de infraestrutura. A Petrobras e a Odebrecht estão no país desde a década de 1980, seguidas da Vale, da Andrade Gutierrez, Camargo Correa, Queiroz Galvão e outras empresas do setor de transporte (Marcopolo) e bancário (Banco do Brasil e Bradesco). Nos últimos anos tem se observado um crescimento na participação de empresas menores do setor de serviços que passam a atuar no país mirando os mercados nacionais e regionais, como por exemplo Bobs, Ellus, Werner cabelereiros entre outros.

Em Angola, a Petrobras tem atuação antiga. Sua chegada ao país se deu no final dos anos 1970 ainda com a Baspetro, braço internacional da estatal, com o objetivo de garantir reservas alternativas de petróleo. Até 2006 a empresa adotou uma postura recuada. Isso mudou na gestão de Gabrielli, quando a empresa ganhou os direitos de exploração e a produção em outros quatro blocos (dos quais em três é operadora). Contudo, conforme nos informou um entrevistado, a participação da empresa no setor de petróleo e gás angolano ainda é pequena se comparada aos demais investimentos da própria Sonangol, estatal de Angola, e a francesa Total<sup>39</sup>. Nos últimos anos, tendo em vista a descoberta do Pré-Sal, as perspectivas são de que a empresa não amplie de maneira significativa seus investimentos internacionais.

Todavia, as entrevistas demonstraram que, sem sombra de dúvida, a principal influência brasileira percebida em Angola se dá por meio da Odebrecht. Sua atuação já ultrapassou o setor da construção civil, e hoje inclui serviços de saneamento, extração de petróleo e gás, produção agrícola (polo agroindustrial de Capanda), operação de minas diamantíferas e até mesmo gerenciamento de supermercados e coleta de lixo. Diante da amplitude das atividades e do grau de interpenetração da empresa nos círculos de poder de Angola, alguns entrevistados atribuem que a Odebrecht é “quase angolana”.

“A Odebrecht em Angola é a rainha. Eles têm muito boas conexões com o poder político. É uma empresa que tem desastres aqui e acolá, mas tem muitas obras. Essa é uma outra forma de intervenção dos brasileiros aqui” (informação verbal<sup>40</sup>).

39 - Entrevista com o representante da Agência para Promoção de Exportação e Investimento (APEX) em Angola

40 - Entrevista com um representante da ADRA (Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente), de Angola

A Odebrecht concentra parte expressiva dos recursos direcionados pelo BNDES à Angola (49% do total de recursos é direcionado à construtora). A atuação da empresa no país, contudo, não depende da atuação do BNDES. "A empresa já tem sua posição consolidada no país (informação verbal<sup>41</sup>)", tendo estabelecido relações diretas e sólidas com o governo angolano e políticos locais (que prescindem da intervenção ou intermediação do governo brasileiro). Estima-se que o investimento da empresa em Angola fique entre US\$ 500 - 600 milhões anuais<sup>42</sup> ou cerca de R\$ 1 bilhão. O quadro abaixo sintetiza os principais projetos da Odebrecht em Angola em 2012.

| Odebrecht América Latina e Angola (2012)   |
|--|
| Aeroporto Internacional de Catumbela   |
| Projeto Águas de Benguela  |
| Aproveitamento Hidroelétrico Cambambe  |
| Aproveitamento Hidrelétrico do Gove  |
| Centro Empresarial Bela Business I, II e III   |
| Parque industrial da Companhia de Bioenergia de Angola - Biocom  |
| Condomínio Noblesse Residence, Arte Yectu, Atlântico Sul, Morada dos Reis, Riviera Atlântico, Mansões do Vale, Monte Belo e São Paulo de Loanda                |
| Centro de Formação de Trabalho e Desenvolvimento (SIAC, Cinfotec, Hotelaria e Restauro)  |
| Infraestruturas na cidade de Jamba   |
| Linhas de transmissão de Capanda a Uige  |
| Rodovia Marginal Sudoeste  |
| Revitalização do Bairro Mártires do Kifandongo   |
| Moradias e infraestrutura do Programa de Realojamento de Populações  |
| Infraestruturas em Benguela  |
| Obras de Regularização dos Rios Cavaco Catumbela e Coporolo  |
| Águas de Luanda  |
| Revitalização das vias de Luanda   |
| Rodovias Caála-Ganda, Caála-Cuima, Cuima-Gove, Ekunha-Cusse, Benguela-Baía Farta, Benguela-Dombe Grande, Capanda-Cacuso, Capanda-Alto Dondo, Benguela-Catengue |
| Saneamento de Luanda (6 fase)  |
| Assistência técnica ao polo industrial de Capanda  |
| Vias expressas Luanda-Kifandongo e Luanda-Viana, Autoestrada periférica de Luanda, Estrada Lar do Patriota, no âmbito do projeto Vias estruturantes            |
| Infraestrutura para fábricas na Zona Econômica Especial  |
| Construção e Operação dos Supermercados Nosso Super  |
| Estrada da Samba e saneamento  |
| Construção e operação da Fazenda Pungo Adongo  |
| Belas Shopping   |

Fonte: Odebrecht

41 - Entrevista com um representante da embaixada brasileira em Luanda

42 - Andrade, F. Odebrecht nega ter recebido 2 mil milhões USD para investir em Angola. 18/10/2012. Acesso em novembro de 2012. Disponível em: [http://www.expansao.sapo.pt/noticias/economia\\_e\\_financas/detalhe/odebrecht\\_nega\\_ter\\_recebido\\_2\\_mil\\_milhoes\\_usd\\_para\\_investir\\_em\\_angola](http://www.expansao.sapo.pt/noticias/economia_e_financas/detalhe/odebrecht_nega_ter_recebido_2_mil_milhoes_usd_para_investir_em_angola)

A empresa chegou em 1984 por meio da abertura de uma linha de crédito brasileira que absorveu recursos superiores a US\$ 1,5 bilhão para a construção da hidrelétrica em Capanda, na província de Malange, e cujos insumos vieram quase integralmente do Brasil. O projeto russo-brasileiro envolveu da parte brasileira a Odebrecht e Furnas<sup>43</sup>. Ainda que Angola mantivesse relações mais próximas com o Brasil desde 1975, quando houve o reconhecimento por parte do governo Geisel do governo do MPLA, foi somente no projeto da hidrelétrica de Capanda que se consolidou a presença brasileira no país.

Se manteve no país mesmo durante a guerra civil (1979-2002). Com o fim da guerra, novos repasses ampliaram a presença da empresa em Angola, que se consolidou como um importante parceiro político e econômico do atual governo. Segundo entrevistas, nesse período, iniciava-se o processo progressivo de acúmulo de poder político e econômico da Odebrecht (informação verbal<sup>44</sup>). Entrevistas e documentos recolhidos em pesquisa bibliográfica, enfatizam a importância política que o projeto da hidrelétrica de Capanda ganhou como forma de legitimação do novo governo, em contraste com uma baixa eficiência, viabilidade econômica ou geração de benefícios sociais. A obra, que teve início em 1987 só foi finalizada em 2004 por meio da ampliação de linhas de crédito brasileiras que atingiram, numa última remessa, US\$ 580 milhões no período 2005/07 (parte expressiva foi destinada à hidrelétrica).

Nas entrevistas realizadas, o projeto de Capanda foi citado como um enorme “elefante branco”, sem utilidade social provada, mas com enorme importância política (informação verbal<sup>45</sup>). De fato, a obra, que durou quase 20 anos, absorveu vultuosos recursos do governo de Angola e linhas de crédito brasileiras. Ainda assim, o fornecimento de energia elétrica em Angola ainda é bastante irregular com quedas de energia frequentes. A importância do projeto para o governo angolano pode ser percebida na fala de um integrante do governo, entusiasta da atuação da empreiteira no país:

“Fizeram [Odebrecht] um trabalho perfeito na barragem de Capanda. Era caro, caríssimo. Francamente, não era comum uma pessoa pagar o preço daquele projeto. E tudo saiu do Brasil: fez-se aí uma base só para os produtos brasileiros. Nós pagamos tudo bem. Isso também enriqueceu a Odebrecht... Ela ganhou mercado, e houve um bocado de engajamento político. A Odebrecht é uma empresa que também promoveu a política do partido do poder [MPLA]” (informação verbal<sup>46</sup>).

Em 2006, o governo angolano, junto com a Odebrecht, realizou um projeto de ampliação da hidrelétrica de Capanda com a instalação das duas últimas turbinas da usina, dobrando sua capacidade de geração<sup>47</sup>. Cerca de dois anos depois, o governo angolano anunciou a criação, no entorno do empreendimento, do Polo Agroindustrial de Capanda (PAC), Construído em Malanje, conta com 411.000 hectares (sendo 279.000 utilizáveis) para a instalação de indústrias, grandes fazendas agropecuárias e pequenas propriedades dedicadas à agricultura familiar.

A Odebrecht participa da instalação do polo de duas formas. Primeiro, por meio de uma parceria com a Sociedade de Desenvolvimento do Polo Agroindustrial de Capanda (SODEPAC)<sup>48</sup>, instituição responsável pela criação e manutenção de infraestruturas, pela mobilização do investimento

43 - O consórcio para construção da hidrelétrica foi formado em 1982 pela Technopromexport da Rússia, Odebrecht e Furnas.

44 - Entrevista com um representante da Agência Nacional de Investimento Privado (ANIP), Angola.

45 - Entrevista com um representante da Secretaria de Direitos Humanos de Angola.

46 - Entrevista com um representante da ANIP, Angola

47 - ODEBRECHT. Segunda fase de Capanda. Acesso em: 10.08.2006. Disponível em: <http://www.odebrecht.com/sala-imprensa/noticias/noticia-detalhes/segunda-fase-capanda-0>.

48 - A empresa está a frente de quatro diretorias da SODEPAC: Gestão de Terras, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Agrário e Operação e Manutenção de Áreas Irrigadas.



privado, pela concessão de incentivos fiscais, pela formação de mão-de-obra qualificada e pela criação de facilidades logísticas<sup>49</sup>. Em segundo, a Odebrecht participa por meio da Companhia de Bioenergia de Angola (BIOCOM<sup>50</sup>), biorefinaria voltada para a produção de açúcar, etanol e energia elétrica, com capacidade de moagem de dois milhões de cana ao ano. O projeto é realizado em parceria com a petrolífera Sonangol e a Damer, e é um dos principais empreendimentos do polo. Envolveu investimentos de US\$ 250 milhões. Desde 2009, a Odebrecht está envolvida também em projetos de ampliação da hidrelétrica de Cambambe, cuja primeira e segunda fase já envolveram investimentos de mais de US\$ 1,5 bilhão<sup>51</sup>.

Muitos dos entrevistados apontaram para a falta de transparência na realização de licitações para obras públicas de infraestrutura no país. Ao mesmo tempo alguns chamaram atenção para a baixa qualidade dos serviços prestados pela Odebrecht: uma mesma obra é feita e refeita várias vezes. *“Há uma estrada aqui que é a Senador Camara e a Samba também que é a enésima vez que estão a fazer [Odebrecht].. é assustador (informação verbal<sup>52</sup>)*. A má qualidade é justificada pela redução de custos com materiais e outras despesas de modo a garantir o pagamento de comissões e propinas. Assim,

*“Com relação às obras de infraestrutura, existem muitos problemas. O primeiro deles é a falta de transparência na condução das licitações. O segundo é a qualidade dos serviços prestados. A pedido do próprio governo, elas [as construtoras] sobrecarregam o orçamento com coisas que não estavam previstas, aumentam o orçamento para facilitar o pagamento de comissões ou da “gasosa” (informação verbal<sup>53</sup>)*.

Redes político-empresariais, segundo relatos, são o principal meio de definição de negócios e de contratos em Angola e o principal fator levado em conta em processos oficiais de tomada de decisão. Assim, segundo entrevista de um representante do governo angolano da secretaria de direitos humanos:

*“Não há distinção entre o público e o privado. Há um casamento ilícito entre o Estado e a iniciativa privada aqui. E ninguém está pronto a desafiar isso” (informação verbal<sup>54</sup>)*.

Esse aspecto também foi muito destacado no contexto moçambicano, com muitas entrevistas apontando para a coincidência entre políticos em cargos decisórios e empresários donos de negócios que executam projetos públicos. Seriam, assim, esses relacionamentos políticos, econômicos e, em alguns casos, pessoais, os principais definidores dos negócios entre governo e empresas também em Moçambique.

Em Moçambique, a mineradora Vale está presente desde 2004. A instalação da mina de Moatize levou consigo as construtoras brasileiras como a Odebrecht, Camargo Correa e Andrade Gutierrez. A chegada da Vale e a ampliação de sua presença no país acompanha a recente descoberta

49 - O País. Mega polo agroindustrial lançado hoje em Malanje. Novembro de 2009. Disponível em: <http://www.opais.net/pt/opais/?-det=7638>. Acesso em novembro de 2012.

50 - A Damer foi formada com o objetivo de integrar a Biocom (meses antes da celebração do negócio) pelo vice-presidente angolano Manuel Vicente e pelos generais Leopoldino Fragoso do Nascimento (Dino) e Manuel Helder Vieira Dias Junior (Kopelipa).

51 - Jornal de Angola. Obras em Cambambe para gerar mais energia elétrica. Disponível em: <http://www.angolacontece.com/full.php?id=3462>. Acesso em: novembro de 2012.

52 - Entrevista com uma professora da Universidade Agostinho Neto e um professor da Universidade Católica de Angola.

53 - Entrevista com um professor da Universidade Católica de Angola.

54 - Entrevista com um representante da Secretaria de Direitos Humanos de Angola.

de reservas de recursos minerais no seu território<sup>55</sup>. Nos últimos anos foi ampliada a exploração na Bacia de Moatize, uma das maiores reservas de carvão siderúrgico de alta qualidade no mundo. Em 2012 foram descobertas milhões de toneladas de reservas de ferro-vanádio e titânico em Tete, abrindo a possibilidade para o início da fundição de ferro no país e produção de aço<sup>56</sup>. Em Evate (distrito de Monapo, província de Nacala) foram encontradas reservas de fosfato que colocam o país na posição de terceiro maior produtor mundial, abrindo perspectivas para o mercado de fertilizantes. Nampula, capital da província de Nacala (norte de Moçambique), também tem acusado a descoberta de pedras preciosas, dentre elas a Turmalina Paraíba<sup>57</sup> e ouro. Recentemente, as empresas ENI e a Galp<sup>58</sup> comunicaram a descoberta de reservas de petróleo e gás *off shore* que colocam o país na posição de um dos maiores produtores africanos<sup>59</sup>.

Atraída pela qualidade do carvão mineral de Tete, a Vale ganhou a concessão de exploração da mina de Moatize, cujas reservas não eram exploradas desde a independência do país (1975). A empresa foi a primeira mineradora internacional a ter uma concessão no país, que antes só explorava minas subterrâneas<sup>60</sup>. A Vale é atualmente a principal empresa brasileira com atuação em Moçambique e tem contribuído para a consolidação do país como corredor logístico, servindo de entrada e saída de produtos para o exterior (para outros países africanos e para a Ásia, pelo Índico)<sup>61</sup>. O projeto Moatize inclui a exploração de carvão em Tete e exportação pelo porto da Beira (início em 2011). O transporte é feito por meio da ferrovia de Sena de extensão de 575 km e com capacidade de dois milhões de toneladas por ano. As linhas férreas são detidas pela Sociedade Corredor Logístico Integrado de Nacala, sociedade entre a Vale (51%) e Caminhos de Ferro de Moçambique (20%). A empresa já investiu cerca de 1,9 bilhão de dólares no complexo mina-porto<sup>62</sup>.

Em 2012, a empresa anunciou investimentos de US\$ 6,4 bilhões na expansão da mina de Moatize, que inclui investimentos em logística no Corredor de Nacala com a duplicação da ferrovia de 912 km, ligando a mina ao Porto de Nacala. O porto de Nacala terá capacidade para exportar até 18

55 - CHUQUELA, F. J. P. Com descoberta de recursos, Moçambique entra numa posição "privilegiada e de risco". Verdade. Economia. 16 de maio de 2012. Disponível em: <http://www.verdade.co.mz/economia/27248-com-descoberta-de-recursos-mocambique-entra-numa-posicao-privilegiada-e-de-risco>. Acesso em novembro de 2012.

56 - LUSA. Descobertas "milhões de toneladas" de reservas de ferro em Tete. Moçambique para todos. 06/08/2012. Acesso em novembro de 2012. Disponível em: [http://macua.blogs.com/moambique\\_para\\_todos/2012/08/descobertas-milh%C3%B5es-de-toneladas-de-reservas-de-ferro-em-tete.html](http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2012/08/descobertas-milh%C3%B5es-de-toneladas-de-reservas-de-ferro-em-tete.html)

57 - Observatorio dos Países de Língua Oficial Portuguesa. Moçambique na euphoria dos recursos naturais: descoberta mina de ferro em Tete. 10 de agosto de 2012. Acesso em novembro de 2012. Disponível em: <http://www.oplop.uff.br/boletim/1635/mocambique-na-euforia-dos-recursos-naturais-descoberta-mina-de-ferro-em-tete>

58 - GONÇALVES, A. M. Galp faz nova descoberta de gás em Moçambique. Econômico. Energia. 28.10.2011. Acesso em novembro de 2012. Disponível em: [http://economico.sapo.pt/noticias/galp-faz-nova-descoberta-de-gas-em-mocambique\\_130043.html](http://economico.sapo.pt/noticias/galp-faz-nova-descoberta-de-gas-em-mocambique_130043.html).

59 - TERRA. Descoberta da maior bolsa de gás da África ameaça Moçambique. 15 de julho de 2012. Acesso em novembro de 2012. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/mundo/noticias/0,,O15941236-E117615,00-Descoberta+da+maior+bolsa+de+gas+da+Africa+ameaca+Mocambique.html>.

60 - Estado de São Paulo. Vale inaugura mina de carvão em Moçambique: empresa planeja exportar um milhão de toneladas de carvão da mina neste ano. Estado de São Paulo, Mineração. 08/05/2011. Acesso em novembro de 2012. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/negocios/empresas/noticias/vale-inaugura-mina-de-carvao-em-mocambique>.

61 - Entrevista com um professor da Universidade Lúrio (Nampula).

62 - O País. Vale quer investir 6,4 bilhões USD na expansão da mina de Moatize. O País, Economia. Julho de 2012. Acesso em novembro de 2012. Disponível em: <http://opais.sapo.mz/index.php/economia/38-economia/21021-vale-quer-investir-64-biloes-usd-na-expansao-da-mina-de-moatize.html>.



milhões de toneladas de carvão ao ano. A Odebrecht é quem realiza a construção do aeroporto internacional de Nacala (com US\$ 80 milhões do BNDES) e a expansão do projeto de Moatize. A construtora tem ganhado espaço em Moçambique à reboque da Vale. Os investimentos da Vale se articulam com o projeto do governo moçambicano intitulado Corredor de Nacala e com a política de cooperação brasileira na área de agricultura, especificamente com o ProSavana. A relação entre os investimentos privados e as políticas de cooperação são evidentes, como aponta o representante da APEX na África: *“Nacala é o indutor da internacionalização do agronegócio brasileiro”*.

Assim, em 2011, Brasil, União Europeia e Moçambique anunciaram a realização de um estudo conjunto para a determinação do potencial de produção de agrocombustíveis em Moçambique a ser realizado pela Fundação Getúlio Vargas e financiado pela Vale<sup>63</sup> (que pretende produzir biodiesel em Moçambique para autoconsumo nas ferrovias<sup>64</sup>). Em adição, em 2012, a Vale anunciou a realização de estudos para a exploração de fosfato para a produção de fertilizantes em Evate (concessão de 28 anos), região de Monapo, em Nacala (projeto de cerca de US\$ 3 bilhões)<sup>65</sup>.

Assim, a Vale vem ampliando seu poder econômico e político em Moçambique. *“São poucos projetos, mas com investimentos e valores muito altos”* (informação verbal<sup>66</sup>), afirmou um dos entrevistados. Contudo, diferentemente da Odebrecht em Angola, a Vale vem sendo crescentemente questionada em sua atuação em Moçambique. A chegada da empresa em 2004 a Tete foi acompanhada de muita expectativa por parte do governo e da população local. De um lado, destacava-se a promessa de geração de empregos e transferência de tecnologia. De outro, propagava-se a esperança pelo desenvolvimento de um setor econômico considerado estratégico para a dinamização da economia e geração de receitas. De um modo geral, a Vale trazia a esperança de ser o impulso para o país colocar em marcha uma dinâmica econômica transformadora da riqueza de seu subsolo em crescimento econômico.

Contudo, segundo as entrevistas, logo esse quadro se mostrou distante da realidade. Em primeiro lugar, as entrevistas levantaram a pouca estrutura do governo Moçambicano para negociar com uma empresa com o poder econômico e o porte da Vale, e a pouca capacitação do seu corpo burocrático para articular esses projetos setoriais num plano de desenvolvimento econômico. Segundo distintos depoimentos, *“o governo foi pego de surpresa pela dinâmica e novos projetos que a empresa trazia para a cidade”* (informação verbal<sup>67</sup>).

Como a Odebrecht em Angola, a atuação da Vale em Moçambique não depende da interferência do governo brasileiro. A mineradora já tem amplo acesso e abertura para negociar com os governos locais.

*“A Vale melhorou sua atuação com o governo em alguns momentos por meio da embaixada (como articuladora). Mas atualmente não depende dela para nada. A relação já está posta, os investimentos maiores não passam pelos órgãos brasileiros. Vamos ao lançamento, mas não estamos a par da negociação”* (informação verbal<sup>68</sup>).

63 - A partir de 2012 o país vai adicionar 10% de etanol à gasolina comercializada.

64 - Revista Africa Today. Vale inicia produção de biodiesel em Moçambique. Africa Today, Economia. Maio de 2011. Acesso em novembro de 2012. Disponível em: <http://www.africatoday.co.ao/pt/economia/6180-Vale-inicia-producao-biodiesel-Moambique.html>

65 - MACAUHUB. Vale Moçambique inicia estudos para explorar fosfatos no Monapo. Macauihub. 12/06/2012. Acesso em 2012. Disponível em: <http://www.macauihub.com.mo/pt/2012/06/12/vale-mocambique-inicia-estudos-para-explorar-fosfatos-no-monapo/>

66 - Entrevista com professor da Universidade Politécnica em Maputo.

67 - Entrevista com representante do sindicato dos trabalhadores da indústria de construção e minas, SINTICIM, em Tete, com o Grupo Moçambicano da Dívida e com representante da Agência de Desenvolvimento Local de Tete (Moçambique).

68 - Entrevista com o representante da Embaixada brasileira em Maputo.

Ao mesmo tempo, frente a uma população, em grande parte pouco qualificada e com pouca experiência em trabalho formal na indústria, a entrada da Vale em Tete tem sido acompanhada de muitas denúncias de contratação de mão de obra externa (de outras partes do país ou mesmo internacional) e de tratamento diferenciado dispensado entre trabalhadores locais e brasileiros. Assim,

“Na primeira fase de implantação do projeto na região, a Vale chegou a empregar 8.000 trabalhadores. Desses, apenas 1.200 eram de Tete. Os demais eram divididos em 47 nacionalidades” (informação verbal<sup>69</sup>).

Adicionalmente, houve sérios problemas na relação com a comunidade local, conforme discorreremos adiante. Ao contrário da Odebrecht em Angola, a Vale não realiza nenhum investimento em responsabilidade social empresarial, em propaganda ou em projetos de qualificação de mão de obra local/nacional, o que foi cobrado de vários dos atores entrevistados. Recentemente, por determinação do governo Moçambicano, a empresa passou a contribuir com um centro de formação em Tete em parceria com a Odebrecht e a Keltz.

As políticas de cooperação que têm como objetivo a formação de quadros africanos em diversas áreas e setores, via Capes, CNPq, parcerias estabelecidas entre universidades, SENAI e outros atores, são uma importante dimensão da atuação brasileira, tanto em Moçambique quanto em Angola. Esses projetos de intercâmbio e de formação se dão tanto no âmbito da qualificação de docentes e quadros técnicos, quanto em programas de graduação e pós-graduação. Em estreita colaboração com atores privados, destaca-se a atuação do SENAI com o estabelecimento de centros de formação para a qualificação de mão de obra, em especial no setor da construção civil. Boa parte das ações se dão em solo africano, contudo algumas se desenrolam no Brasil, como no caso das atividades de formação no setor agrícola que se dão no Centro de Estudos e Reforço de Capacidades (CECAT), no caso da qualificação em saúde pública por meio da realização de programas de formação de recursos humanos com a Fiocruz e no caso da Universidade Afro-Luso-Brasileira no Nordeste do Brasil. Além disso, existe a Plataforma Brasil-África de Inovação Agrícola de Mercado, que procura agrupar especialistas brasileiros e africanos em projetos ligados à Embrapa e ao Fórum para Pesquisa Agrícola na África (FARA) num arranjo trilateral.

Somente em Moçambique, de 100 a 120 jovens partem, por ano, com auxílio do governo ou empresas para estudar no Brasil na graduação e pós-graduação. Essa tem sido uma das maiores ações da cooperação Sul - Sul (PEC - G e PEC - PG) e, no momento, se amplia para a formação e qualificação de docentes (realização de mestrados e doutorados). Adicionalmente, têm crescido de forma bastante significativa as parcerias estabelecidas no âmbito das universidades para o desenvolvimento de pesquisa e atividades conjuntas: a Universidade de Viçosa, UFMG, BBS, FGV, UFBA, USP, Centro Universitário de Maringá, UFRJ e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, entre outras, já possuem parcerias estabelecidas com universidades moçambicanas.

69 - Entrevista com representante do sindicato dos trabalhadores da indústria de construção e minas, SINTICIM, em Tete.





Ainda que reconheçam a possibilidade de influência brasileira sobre a produção intelectual moçambicana ou angolana, boa parte dos entrevistados considerou a dimensão da cooperação em formação de quadros e de mão de obra qualificada importante. Esses programas e intercâmbios possibilitam uma maior qualificação de pessoas e um aperfeiçoamento das universidades africanas (normalmente referidas como “muito novas”), incentivando-as e qualificando-as na realização de pesquisas científicas.

Devido a essas iniciativas, em Angola, o Brasil tem se consolidado como um dos principais destinos para a formação de alunos, professores e quadros técnicos do corpo burocrático do Estado e de empresas privadas.

Observou-se, nesse sentido, um crescimento grande dos profissionais e alunos encaminhados diretamente por empresas, com destaque para empresa estatal de petróleo Sonangol. Outras empresas privadas têm realizado ações de responsabilidade social empresarial em parceria com universidades. A avaliação dos atores entrevistados é dividida. Uma parte considerou perigosa, pois submete a universidade aos interesses privados, mas outra reconhecia os benefícios dessas ações. Assim,

“Somente as empresas brasileiras têm políticas de formar pessoal fora do seu quadro, e em volume significativo. Esse é um fato de diferenciação do financiamento brasileiro frente aos outros aqui. Empresas como a Odebrecht criam prêmios na área de ensino e incentivam a produção científica dentro da universidade, criando laboratórios dentro das faculdades, com financiamento é direto. Apesar de poder haver certo comprometimento de resultados, para mim esse financiamento seria algo positivo, pois não há cultura de pesquisa aqui, as instituições não tem dinheiro para isso. É um benefício para a empresa e para a universidade” (informação verbal<sup>70</sup>).

A atuação brasileira em Moçambique tem também grande expressão nos projetos de cooperação, sendo o principal destino das ações de cooperação brasileira. Entre 2010 e 2013, a cooperação brasileira nesse país deverá ultrapassar os US\$ 70 milhões. Esses projetos envolvem complexos e diferenciados arranjos institucionais, sendo um dos mais expressivos aquele que se desenrola em torno do setor agrícola. Dele participam a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), o Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM), a Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAid), o Ministério da Agricultura de Moçambique, a Agência de Cooperação Brasileira (ABC), o Ministério de Relações Exteriores do Brasil, a Embrapa, o MAPA, o MDA e a FAO.

Nesse campo, evidencia-se, em muitos casos, uma relação mais direta entre investimentos privados e iniciativas de cooperação para o desenvolvimento. Por exemplo, os projetos em Nacala reforçam e são reforçados pelo projeto da Vale na região, que amplia sua atuação no mercado e leva à reboque empreiteiras brasileiras (como podemos ver no mapa abaixo). O objetivo maior da cooperação é preparar o setor agropecuário moçambicano de acordo com os interesses brasileiros no setor, por meio da introdução de tecnologias brasileiras, da estruturação do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique de forma espelhada à Embrapa e da capacitação do seu quadro técnico (EMBRAPA, sd).

.....  
70 - Entrevista com um professor da Universidade Técnica de Angola.



### Corredor de Nacala



Integração das estratégias de desenvolvimento, a fim de capitalizar o potencial agrícola e energético de Cabo Delgado, Niassa, Zambézia e Tete

Fonte:

Nesse arranjo, um dos projetos é o Plataforma (projeto de cooperação técnica de apoio à plataforma de inovação agrária de Moçambique) no qual a Embrapa, em cooperação com a USAid, fornece assessoria técnica para a organização institucional do IIAM. Seu objetivo é transplantar o modelo de sucesso da Embrapa ao IIAM. Os executores são a Embrapa e o Ministério da Agricultura de Moçambique (Embrapa, sd e informação verbal<sup>71</sup>). Em Angola, a Embrapa também vem, por meio de assessoria, alterando o formato institucional do órgão de investigação agrícola.

A transferência de tecnologia e os processos de implantação de um modelo de agricultura, nesse caso, serão ainda mais rápidos na medida em que encontram um ambiente institucional muito próximo daquele observado no Brasil. Alguns atores entrevistados, normalmente aqueles ligados aos setores governamentais envolvidos com o projeto, vêem esse processo por um prisma favorável, no qual a transferência de tecnologia possibilita que um país se aproveite das “receitas” de sucesso de outro sem os percalços e discontinuidades próprios do processo inovativo. Outros enfatizam o risco que processos de transferência de receituários engendram, na medida em que implicam a transferência de fórmulas com pouca preocupação com a adaptação do instrumental ao país no qual será implantado, desprezando processos de adaptação e aprendizado.

Outro projeto é o chamado ProSavana, já mencionado na introdução. Realizado por meio da EMBRAPA, pela ABC, a japonesa JICA e pelo governo moçambicano, o projeto tem um horizonte de 20 anos e replica em Moçambique a experiência brasileira do Prodecer, que possibilitou a expansão da soja no Cerrado brasileiro. Situa-se no Corredor de Nacala, que tem potencial para se

71 - Entrevista com uma representante da FAO em Moçambique e um pesquisador do Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (IESE) de Maputo.

tornar o celeiro agrícola do mercado doméstico e regional, bem como elo fundamental logístico para a importação e exportação em Moçambique. Entrevistas e materiais coletados em campo indicam que este projeto atenderá em cheio aos interesses dos grandes produtores do agronegócio brasileiro.

O objetivo do programa é o uso intensivo de tecnologias agrícolas brasileiras a serem aplicadas numa zona modelo (projeto piloto) definida pela Embrapa num Plano Diretor para o Corredor de Nacala. O projeto é ambicioso na medida em que pretende desenhar um “modelo de desenvolvimento agrícola” a ser implantado em toda a área de Savana de Moçambique, espelhando-se no cerrado brasileiro. O projeto tem três componentes: a) melhoria da capacidade de pesquisa e transferência de tecnologia para o desenvolvimento agrícola no corredor de Nacala; b) implementação de projetos produtivos piloto no âmbito da agricultura familiar e comercial; e c) elaboração de um plano diretor integrado de desenvolvimento agrícola que orientará a ação na região do corredor de Nacala.

O item b é aquele que procura, segundo o representante da Embrapa entrevistado, incorporar a agricultura familiar. Essa linha de ação, contudo, é bem pequena se considerada a dimensão total do projeto. A área no qual o projeto Nacala se materializa é composto por agricultores de subsistência (80%). A ideia é trabalhar com sementes crioulas e utilizar uma metodologia participativa (inspirada no Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal<sup>72</sup>) para montar uma estratégia de ação junto a esses produtores em “harmonia” com os planos de expansão da grande propriedade agrícola para exportação. A ideia, segundo o entrevistado, é repetir a experiência da agricultura familiar do Sul e do Centro-Oeste que cresceu nas “franjas” do agronegócio exportador de soja e que, muitas vezes, produz para essa cadeia.

A análise e compreensão de todos esses projetos e da complexa arquitetura institucional que os articula (bem como dos atores locais envolvidos) é interessante, mas bastante dificultada em Moçambique, devido à não disponibilização de informações claras e precisas. Lá as informações repassadas, tanto pelo governo Moçambicano quanto pelos seus executores e idealizadores, são bastante confusas e fragmentadas.

“Falta informação, não sabemos muito bem o discurso do ProSavana. Há falta de comunicação de todas as partes. (...) No ano passado houve uma visita do ministro da agricultura no Brasil, que apareceu dizendo que a imprensa tinha prometido seis milhões de hectares para agricultores brasileiros virem produzir soja em Moçambique, esse é perto do corredor de Nacala. Depois vieram as fontes oficiais dizendo que não era bem isso. O ministro Bittencourt também disse que a filosofia de intervenção da Embrapa, que está por detrás disso, não seria bem assim, e que tem havido falta de comunicação e, por isso, as más interpretações. Eu sugeri que houvesse informação oficial sobre o que se queria com aquele projeto, com a Embrapa...” (informação verbal<sup>73</sup>).

Finalmente, com uma magnitude infinitamente menor do que o ProSavana e por articulação da FAO ou do Banco Mundial, o governo de Moçambique vem realizando uma série de experiên-

72 - O PAD foi implantado em 1977 no Brasil, na região dos Cerrados, que tinha por objetivo “incorporar ao processo produtivo áreas rurais do Distrito Federal até então inteiramente inexploradas” (COOPADF). Se diferenciava dos programas de reforma agrária por envolver a seleção de produtores com tradição na atividade agrícola e com qualificação técnica e ao exigir como contrapartida em bens e bens de capital.

73 - Entrevista com professor da Universidade Politécnica em Maputo

cias com políticas públicas brasileiras, em particular com aquelas elaboradas pelo MDA e pelo MDS. No que se refere ao Programa Aquisição de Alimentos, o Brasil atua com a FAO e o governo moçambicano com o objetivo de implementar a política pública brasileira em três províncias. A experiência tem duração prevista de 18 meses (além de Moçambique, é também implementado em Malawi, Niger, Senegal, Etiópia) e um orçamento de US\$ 2 milhões. No âmbito da FAO, não havia perspectiva de continuidade (informação verbal<sup>74</sup>) para além desse período inicial. A adaptação da política pública à realidade moçambicana é realizada pela equipe da FAO e centrada num consultor brasileiro sediado em cada país. Esse processo em Moçambique vem se mostrando bastante difícil, tendo em vista o contexto socioeconômico e político local bastante diverso da realidade brasileira. Em Angola observa-se uma maior influência do Mais Alimentos (denominado em Angola de ProAlimentos África) que procura incentivar a compra, por meio de financiamento, de equipamentos e tratores por agricultores familiares.

Em entrevista com membros da União Nacional de Camponeses (UNAC), de Moçambique, afirmou-se que a atuação brasileira na área de agricultura e de desenvolvimento rural envolve um complexo jogo de interesses. Os programas de segurança alimentar e de apoio à agricultura familiar, assim, muito embora importantes do ponto de vista do desenvolvimento rural, não podem ser compreendidos de maneira desarticulada dos grandes projetos encabeçados pela Embrapa e voltados para a agricultura de larga escala. Assim, na visão da UNAC, o PAA seria “o lado bom da cooperação”, mas teria uma magnitude infinitamente inferior perto dos outros. Esses outros trariam o lado negativo da cooperação, que não está completamente distanciado de um “novo colonialismo”, que se expressa inclusive na via institucional, com o IIAM sendo remoldado no mesmo modelo da Embrapa (informação verbal<sup>75</sup>).

### **B - Como se estrutura o financiamento desses projetos? Advém de instituições brasileiras com contrapartida local? Há políticas de atração de investimentos em seu país? Há algum tipo de condicionalidade vinculada ao financiamento?**

O modelo de financiamento de projetos é variado, dependendo, em grande parte, do arranjo institucional e dos atores que estão por detrás dos projetos e programas a serem implementados. Envolvem, portanto, em diferentes situações, recursos de diferentes fontes (do governo brasileiro, da cooperação com outros países industrializados, recursos da iniciativa privadas e recursos de bancos como a Caixa Econômica, o Banco do Brasil e o BNDES) por meio dos mais variados arranjos institucionais (acordos bilaterais, acordos trilaterais, acordos multilaterais, financiamentos, *joint ventures*, parcerias entre outros).

Frente à grande magnitude dos investimentos dirigidos à África e, em menor grau, da cooperação brasileira, os recursos especificamente liberados pelo BNDES para ampliação da atuação de empresas brasileiras na África acabam não ganhando muito destaque. Ao mesmo tempo, segundo depoimentos diversos, as empresas brasileiras que atuam nesses países já acumularam um considerável poder político e econômico, que faz com que o acesso aos recursos do BNDES não seja mais uma condição para sua atuação na África. Ao .....

74 - Entrevista com representantes da FAO em Maputo.

75 - Entrevista com representantes da União Nacional dos Camponeses (UNAC) em Maputo.



contrário, essas empresas conseguem com facilidade acessar distintas fontes de recursos: captação no mercado, instituições internacionais, bancos privados etc. Sua relação com o governo local, logo, não depende mais de uma costura do governo brasileiro. Isso não quer dizer, contudo, que os financiamentos concedidos pelo BNDES não sejam importantes. Como vimos, eles foram fundamentais para a realização e a finalização da hidrelétrica de Capanda, para a ampliação e formação do pólo agroindustrial de Malanje, e para as obras de infraestrutura do Corredor de Nacala.

Assim, quando questionados sobre a atuação e a presença do BNDES em Angola, temos que a maior parte dos entrevistados alega não conhecer muito bem as ações do banco:

“Aqui não tem nada dele.... ou pelo menos, quase nada. Se tem, está tão diluído.. Para mim o que tem visibilidade aqui são as grandes empresas, em particular construtoras... nem o embaixador”(informação verbal<sup>76</sup>).

Segundo um representante da embaixada brasileira em Angola: *“o Brasil emprestou, até agora, para Angola, por meio do BNDES, cerca de US\$ 5 bilhões, em especial para equipamento rural e material de construção para as obras de infraestrutura entre outros. O petróleo sempre funcionou como garantia”* (informação verbal<sup>77</sup>).

De fato, entre 2006 e 2011, o total de créditos do BNDES aprovados entre Brasil e Angola ficou em US\$ 5,2 bilhões. O BNDES concede créditos para a exportação de bens e serviços brasileiros para obras de infraestrutura. A autonomia relativa das empresas brasileiras frente ao banco pode ser encarada como um indicador de maturidade da atuação dessas empresas nesses países e numa via de mão dupla. O BNDES é importante para fortalecer o acesso a esses mercados, mas adicionalmente se beneficia e expande suas atividades no rastro da expansão do poder e domínio dessas empresas nesse países. Não se evidencia, entretanto, que seja o BNDES quem conduza propriamente dita a internacionalização das empresas brasileiras. Assim, em Angola estima-se que cerca de 49% do financiamento do BNDES direcionado ao país seja abocanhado pela Odebrecht.

Como contrapartida, o governo angolano compromete-se a manter um saldo em conta-corrente no Banco do Brasil equivalente a barris de petróleo/dia. O BNDES também está presente em Moçambique, ainda que com uma atuação mais inicial. O banco hoje participa principalmente da construção do aeroporto em Nacala (com possibilidade de ampliação para o porto de Nacala e a Zona Econômica Ecológica)<sup>78</sup>. Estima-se que a carteira de projetos do banco em Moçambique seja de US\$ 500 milhões. O BNDES estuda a possibilidade de utilizar em Moçambique as mesmas garantias utilizadas em Angola, criando um mecanismo de recebíveis lastreados em carvão, onde parte dos *royalties* pagos pela Vale ao governo de Moçambique pela exportação do carvão seja colocado em uma conta para servir de garantia para empréstimos oferecidos.

As entrevistas demonstraram que as transações com os chineses também são garantidas, principalmente em Angola, pelo comprometimento de recursos naturais, em especial o petróleo. Assim, essas transações chamam atenção para novas formas de endividamento Sul-Sul, lastreadas em re-

76 - Entrevista com professora da Universidade Agostinho Neto.

77 - Entrevista com o representante da Embaixada brasileira em Luanda.

78 - GOES, F. Brasil quer replicar com outros países da África modelo de comércio com Angola. Valor Econômico. 02 de maio de 2012. Acesso em novembro de 2012. Disponível em: <https://conteudoclipppingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2012/5/2/brasil-quer-replicar-com-outros-paises-da-africa-modelo-de-comercio-com-angola/>.

ursos minerais e expostas a uma elevada volatilidade. Poucos atores, contudo, mencionaram ou refletiram sobre as implicações que esse endividamento pode ter ao reforçar uma determinada rota produtiva, calcada principalmente nas atividades primário-exportadoras, ou ao expor a economia a uma maior instabilidade ligada aos mercados financeiros globais e à especulação.

Essas situações colocam em evidência o risco do comprometimento e do esgotamento dos recursos naturais (no caso, minerais e energéticos) e lançam dúvidas sobre a sustentabilidade econômica. Adicionalmente, implicam a consolidação nesses países de um processo de consumo e exploração agressiva de recursos minerais no médio e longo prazos. Cria-se um círculo vicioso que nem sempre se expressa na diversificação da economia: a descoberta de recursos minerais faz com que os seus governos passem a financiar suas atividades com o comprometimento desses recursos e que passem continuamente a contrair novos empréstimos para garantir a continuidade da exploração.

Essa situação, nos coloca dois pontos para reflexão com relação à sua sustentabilidade e às consequências do endividamento sobre suas economias. De um lado, a importância da diversificação das economias, de modo a garantirem novas fontes de crescimento que substituam a extração dos recursos naturais quando os mesmo se esgotarem. Essa condição torna-se mais urgente na medida em que se acelera o comprometimento presente e futuro dos recursos naturais. De outro, o excessivo risco ao qual as economias estão expostas, tendo em vista que dependem de uma ou duas *commodities* que possuem preços extremamente voláteis, definidos no mercado internacional e bastante vulneráveis a ataques especulativos. Alguns países como Noruega e Angola vêm apostando na criação de fundos soberanos de riqueza.

Nas entrevistas e conversas em Moçambique, compreendemos que o país encontra-se em um círculo vicioso com as doações internacionais. Seu orçamento para os gastos correntes depende em 45-7% de ajuda financeira de países europeus e do Banco Mundial, o grupo de Parceiros Programáticos (o chamado G19<sup>79</sup>). Isso leva a uma dependência estrutural da ajuda internacional para “fechar as contas” do orçamento moçambicano. Essa situação implica grande interferência desses países em suas políticas nacionais macroeconômicas e setoriais, como no caso do Banco Mundial em relação ao setor de castanha:

“O Banco pegou um programa grande que é chamado “*ROTS*”, para reabilitação das vias de comunicação, vias de acesso. (...) Não sabemos nunca quando vamos pagar isso porque cada “*trans*” que é feita pelo Banco Mundial é sempre pra cima de 350 milhões de dólares para cada um dos programas do “*ROTS*”. E já fizeram *ROTS*, 1, 2, 3 e 4. Não sei qual é o *ROTS* que está agora. Neste período nós poderíamos voltar a ter um setor da castanha com muita força e não conseguimos ter. Em primeiro lugar porque o Banco Mundial fez uma opção pela exportação bruta da castanha e pela não transformação. Não agrega valor e isso foi tudo exportado para a Índia, então a castanha voltou a não dar grandes índices ao Estado” (informação verbal<sup>80</sup>).

Ao mesmo tempo, a economia pouco se diversifica (dependendo grandemente de recursos minerais) dependendo de pacotes de atração de investimentos calcados na concessão de fartas (consideradas excessivas pelos atores entrevistados) isenções fiscais que reduzem a capacidade

79 - Integram o G19 a Alemanha, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Comissão Europeia, Espanha, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Noruega, Holanda, Portugal, Suécia, Suíça, Reino Unido, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e o Banco Mundial e seus membros associados, nomeadamente Nações Unidas e Estados Unidos da América.

80 - Entrevista realizada com professor da Universidade Lúrio (Nampula, Moçambique).



dos seus governos gerarem receitas tributárias. O círculo vicioso significa, portanto, que o orçamento segue futuramente dependendo de doações, ao passo que se torna cada vez mais necessária a busca de novas formas de endividamento para garantir o funcionamento da economia, algumas lastreadas em recursos minerais. Assim,

“Como as empresas recebem muitas isenções fiscais, a arrecadação tributária do governo moçambicano recai principalmente sobre o Imposto sobre Valor Agregado (consumo), o que diante de um mercado interno cada vez mais reduzido, cria um círculo vicioso que torna o orçamento sempre dependente de doações externas. Em outras situações, também, o governo moçambicano emite dívida interna para pagar outras dívidas externas (informação verbal<sup>81</sup>).”

“Se todos pagassem os impostos de forma justa, a arrecadação tributária seria suficiente para dar conta do orçamento (informação verbal<sup>82</sup>).

O grupo de doadores G19 coloca condicionalidades associadas às doações. Eles compõem grupos de trabalho dentro da própria burocracia estatal moçambicana, determinando onde deve ser alocado o dinheiro doado. Conforme mencionado em entrevista com representantes da União Europeia, as intervenções se dão pelo estabelecimento de indicadores e metas que devem ser cumpridos pelo governo moçambicano para o acesso aos recursos doados.

“Os países do G19 naturalmente em certas circunstâncias impõem coisas aos ministérios. Evidente, não é? Impõem certo tipo de decisões ou recusam dar dinheiro para certos benefícios, estão em cima dos ministérios por conta das auditorias fiscais, pressionam a governação. Mas já concluíram que essa estratégia de apoiar diretamente o orçamento do Estado não é uma boa estratégia, não teve grande sucesso por razões diversas. No Ministério da Agricultura, por exemplo, no primeiro período se traduziu em reforço institucional, em gabinetes, em carros e nessas coisas e não atingiu o objetivo final que era a apoio à produção etc.” (informação verbal<sup>83</sup>).

As opiniões com relação a esse tipo de interferência política dividem os atores. De um lado, alguns destacam que, como toda interferência política, essas condicionalidades colocam em risco a soberania do governo moçambicano no estabelecimento de suas políticas nacionais, bem como na definição das prioridades. De outro, representantes do governo moçambicano e da cooperação internacional defendem que as metas de combate à corrupção e o estabelecimento de mecanismos de aperfeiçoamento da governança e da transparência são necessárias.

Ancorados num processo de crescimento da economia, das suas imensas reservas de petróleo, e, principalmente do fácil acesso a créditos oferecidos por países emergentes, em particular a China, Angola tem ampliado imensamente sua capacidade de negociação e de barganha frente aos países europeus e organismos financeiros multilaterais. As entrevistas chamam atenção para o empréstimo do governo chinês sem condicionalidades em 2004 como um “divisor de águas” nesse processo. Segundo a avaliação de um professor da Universidade Católica de Angola:

81 - Entrevista com o Grupo Moçambicano da Dívida.

82 - Entrevista com professor da Universidade Politécnica em Maputo

83 - Ibid.

“A linha de crédito chinesa de 2004 (US\$ 4 bi) foi um divisor de águas nas relações sul-sul. Potências ocidentais estremeçeram. Se diferenciava pela falta de condicionamentos. No primeiro momento, países da OCDE atacaram, dizendo que a falta de condicionamentos provocaria mais corrupção. No segundo momento, começaram a correr para oferecer linhas de crédito para não perder mercado para a China e outros, que ampliavam sua atuação” (informação verbal<sup>84</sup>).

Ainda que não apresentem condicionalidades políticas e/ou fiscais, os créditos dos países emergentes estão, via de regra, atrelados à importação e compra de insumos e maquinário, bem como, em alguns casos, à contratação de trabalhadores do país de origem (China). Isso, para alguns dos entrevistados, limitaria a sua capacidade para contribuir com o desenvolvimento nacional, pois impediria a transferência de tecnologia e qualificação da mão de obra local.

“Em primeiro lugar, [os mercados] são reservados às empresas de seus países de origem. A China guarda uma reserva de 30% para empresas angolanas. No caso da China, os próprios concursos ou licitações são feitos em Pequim! Em segundo, fomentam as exportações de bens de consumo final, aumentando a dívida do país sem desenvolver em Angola um patrimônio interno para pagá-la. Em terceiro, as linhas de crédito para reabilitação de obras públicas, ainda que sejam bastante positivas, têm ressalvas, pois Angola mantém o patrimônio e a infraestrutura local (...) [mas dificilmente são realizadas por] empresas angolanas, e são especialmente suscetíveis de corrupção (informação verbal<sup>85</sup>).

No que concerne as políticas de atração de investimento, Angola fez recentemente uma reforma na sua legislação sobre investimento privado, estabelecendo um patamar inicial mínimo de US\$ 1 milhão e impondo como condição o alinhamento dos investimentos privados com os objetivos, oficiais ou não, do governo. Assim:

“Antes, investidores entravam com qualquer soma. Entravam, pegavam os créditos e financiamentos e abandonavam os projetos. Saíam e não ficava nada. Agora isso mudou. Primeiro você entra com um milhão de dólares. É o mínimo para investir em Angola. Aí dissemos: pra começar, o mínimo, é um milhão de dólares. A partir daí há duas partes de investimento privado. Uma primeira parte dos projetos de um milhão de dólares até dez milhões de dólares são aprovados na ANIP [Agência Nacional de Investimento Privado]. Acima de dez milhões, são tratados aqui, mas sua aprovação é no conselho de ministros. Para traçarmos investimentos, nós damos incentivos. Por exemplo, você vai investir num setor produtivo, damos incentivo de 3 anos, 6 anos e mesmo 10 anos. Com os incentivos você não paga taxas aduaneiras, impostos sobre importações de bem, alfândega” (informação verbal<sup>86</sup>).

Em Moçambique, o governo recentemente delimitou áreas de zona franca, que são acompanhadas por pacotes de incentivos fiscais para atração de novos investimentos. Empresas como a Vale têm isenção de 30 a 50 anos, definidas em negociações pouco transparentes e divulgadas. Alguns afirmam que não haveria necessidade de tantos incentivos do governo para a vinda das empresas, uma vez que os recursos naturais já seriam atrativos suficientes para as empresas.

84 - Entrevista com professor da Universidade Católica de Angola.

85 - Ibid.

86 - Entrevista com representante da Agência Nacional de Investimento Privado (ANIP), Angola.

Porém, segundo depoimentos: “*não há[veria] interesse do governo Moçambicano em mudar essa realidade. O governo e as pessoas que lá estão possuem ligações com essas empresas*” (informação verbal<sup>87</sup>).

**C - Como esses projetos são decididos ou planejados? Há algum processo oficial (licitações, chamadas públicas etc.)? A população é consultada a respeito desses projetos?**

A participação social nas decisões públicas, em todas as entrevistas, foi citada como constante em leis e regulamentos, mas pouco efetivada na prática nos processos sociais e políticos. Ao mesmo tempo, a memória da guerra civil tem sido referida, em muitas ocasiões, como um fator que dificulta o trato das contradições e dos conflitos nessas sociedades.

Ambos os países são caracterizados por uma história recente marcada por uma guerra de independência seguida de uma guerra civil (em Angola com fim há dez anos, em Moçambique há vinte). Os governos empossados assumiram o poder como governos populares, dentro do bloco soviético. O ambiente político e social atual, contudo, mantidas as especificidades de cada país, é de temor da volta da guerra, o que diante de uma oposição fragmentada, acaba se corporificando em medo das críticas e dos conflitos e num sentimento de necessidade contínua de eliminação dos conflitos e debates. Isso resultou, de um modo geral, em governos centralizados, muito burocráticos, com processos de tomada de decisão pouco transparentes e com pouca participação social.

Todas as entrevistas colocaram em dúvida a existência de participação, muito embora existam muitas instituições próprias de regimes participativos, como as eleições e a criação de um parlamento. Segundo a entrevista de uma professora de Ciências Sociais de Angola:

“[tivemos] uma guerra civil e há que se chamar de guerra civil [e não conflito armado]. E o que se comemorou em abril não foi a paz efetiva, como dizia o discurso oficial. Foi apenas o fim da guerra. [Mas] voltar da guerra para a paz efetiva é um longo caminho que tem que ser feito no dia a dia, é construído. Passa por uma ordem social, pela inclusão na cidadania, e não esses projetos que é para dar a cara do querido e amado líder, mas seria combater a pobreza de fato. Se Angola tem dinheiro para fazer esses projetos [megaprojetos], poderia combater a pobreza (...) [poderia] proporcionar a todos os cidadãos um nível de vida com abertura e democracia. Se realmente tivéssemos essa mudança, se houvesse paz efetiva, não havia uma pobreza e desigualdade crescente. [Temos] Uma intolerância crescente, uma ausência de participação crescente. Hoje em dia nem elegemos o presidente direto, é por meio de uma lista. Até as últimas eleições, pelo menos o cabeça de lista era o que se tornava presidente. (...) Então chamar Angola de uma democracia é complicado. Uma sociedade em que se está processando, acontecendo um processo de democratização também não me parece correto. Ao contrário, a sensação que eu tenho é que hoje, mais do que na década passada, há uma tentativa de usar o poder coercitivo que o Estado tem [para calar as críticas]. Temos um problema: a divisão dos três poderes não é clara, pelo contrário é o presidente que nomeia o judiciário, o presidente pode destituir o legislativo mas não pode ser alvo... os prin-

87 - Entrevista com Grupo Moçambicano da Dívida

cípios da democracia não existem aqui. O parlamento, as pessoas que lá estão... aquilo não é o espaço da cidadania, porque nós não temos nenhum compromisso com aquela gente. Aquela gente é gente de partidos, o compromisso deles é com os partidos, com as agendas deles. Isso é democracia?" (informação verbal<sup>88</sup>).

Em Angola, o MPLA foi constituído como partido somente de 1977-79 em diante. O partido está no poder há 35 anos. Em Moçambique situação semelhante se observou com a Frelimo. Caracterizados por uma estrutura bastante centralizada, muitas vezes nesses países as vozes mais críticas ao projeto do governo acabam sendo caladas por mecanismos de oferta e acomodação em cargos públicos e pelo medo de despertarem novos conflitos. Além disso, o governo possui braços na sociedade civil, organizações de base ligadas a jovens, mulheres, camponeses, entre outros que servem para amortecer as críticas e por manter uma base sua apoio. Essas organizações funcionam também como auxiliadoras na implementação de políticas públicas, ao amortecerem os possíveis conflitos que surge com a sua implementação.

Nesse contexto, a maior parte das entrevistas apontou que as transações que ocorrem no âmbito de ambos os governos, inclusive as licitações, são muito pouco transparentes e centralizadas em uma elite política cada vez mais menor. Há muito poucas informações e debate público nos processos decisórios sobre projetos locais e nacionais e as críticas, ainda que existentes, são em muitas situações invisibilizadas ou caladas.

Em Angola, existem algumas iniciativas para romper com a centralização e fomentar o debate democrático de questões políticas como a realização de conferências da sociedade civil (sexta versão), organizadas por grupos que trabalham na perspectiva da democratização. Mas são iniciativas que, normalmente, são abafadas e asfixiadas pelo governo angolano, sob medo de perder o controle do poder político no país.

Relacionado ao avanço dos projetos agropecuários, por exemplo, em particular aqueles baseados na grande produção agrícola para exportação, os poucos instrumentos participativos são raramente implementados. Em Moçambique e Angola, a terra é propriedade do Estado, podendo tão somente ser concedida com o pagamento de taxas simbólicas e não vendida. As concessões chegam a durar 45 a 55 anos e incentivam o investimento privado, pois reduzem o investimento monetário inicial requerido na compra da terra. Formalmente, deveriam existir audiências públicas, mas, segundo as entrevistas, nunca são realizadas. Assim, de modo geral as decisões são centralizadas no governo federal e tomadas de cima para baixo, ao passo que o espaço para críticas e construção de alternativas acaba ficando cada vez mais restrito. Assim,

"Não há um espaço e nem opinião para o crítico. As pessoas têm medo, é claro. Batem palmas para não morrer. Mas será que não tem mais ninguém, será que não tem outro caminho?! E essa é a minha crítica" (informação verbal<sup>89</sup>).

Com relação à cooperação, a definição das áreas de entrada da atuação brasileira, segundo entrevistas, se dá a partir da articulação do governo Angolano com os atores brasileiros envolvidos num determinado setor. Normalmente, as iniciativas procuram agir na capacitação e qualificação do serviço público e do corpo técnico das instituições governamentais, com ênfase na formação profissional do corpo burocrático, em ações na agricultura e em na área de saúde pública. Uma

88 - Entrevista com professora da Universidade Agostinho Neto.

89 - Entrevista com professora da Universidade Agostinho Neto.

vez definidas as prioridades, as mesmas são repassadas para a embaixada, que procura articular os órgãos no Brasil. Envia-se, então, uma missão de prospecção para averiguar as possibilidades de realização do projeto de cooperação. Não há participação, segundo relatos, dos empresários brasileiros nas ações de cooperação, sua influência sendo mais percebida no departamento comercial da embaixada brasileira que realiza, por exemplo, feiras comerciais nos países com o objetivo de ampliar o mercado para as empresas brasileiras (informação verbal<sup>90</sup>).

#### **D - Quais os principais impactos, positivos e negativos, que você identifica nesses projetos?**

Em Angola, as entrevistas apontaram como um impacto positivo da atuação de algumas empresas brasileiras, o investimento realizado em atividades de responsabilidade social empresarial e na qualificação profissional. Esses investimentos, somados a uma atuação de mais de trinta anos da Odebrecht, possibilitou que hoje em dia a empresa já presente, em seu quadro de funcionários, alguns angolanos em cargos com poder decisório como diretorias e gerências. Isso, contudo, não é regra, mas um caso bastante particular. Um ponto muito destacado foi a criação de programas de estágios e de *trainees*, bem como de centros de formação que procuram qualificar os trabalhadores em todas as áreas de atuação da empresa.

Alguns entrevistados levantaram que as empresas brasileiras, por já possuírem uma cultura empresarial e rotinas mais consolidadas, têm contribuído para criar nas empresas angolanas uma gestão mais profissionalizada e por introduzir junto aos trabalhadores uma maior disciplina para o trabalho<sup>91</sup>. Foi muito destacado nas entrevistas a ausência, em Angola, de uma cultura para o trabalho formal, resquício de um país que vivenciou cerca de vinte anos em guerra e que possui mais de 70% da população no mercado informal. Nesse sentido, o ritmo de trabalho caracteriza-se por ser menos intenso do que aquele próprio do atual modo de produção capitalista em um mercado globalizado. Um empresário entrevistado comentou que existe um hábito próprio angolano relacionado a momentos de morte de parentes e amigos próximos. Segundo costumes locais, a empresa empregadora tem a função de prover transporte para a ida de amigos e parentes ao velório, bem como de garantir a ausência do funcionário por até uma semana de suas funções. Aspectos culturais como esse foram citados como a maior dificuldade na atuação empresarial em Angola frente aos trabalhadores.

Atualmente já percebe-se um desdobramento na atuação de empresas brasileiras, com a criação de pequenos empreendimentos com personalidade jurídica angolana dirigidos por brasileiros. Um exemplo, nesse sentido, foi uma firma angolana que opera linhas de ônibus urbano e inter-provincial (detém 30% do mercado nacional), mas cuja origem é brasileira. A empresa também atua fortemente em atividades de qualificação da mão de obra. Atualmente conta com 1400 funcionários, sendo 22 brasileiros que se concentram, ainda, nas funções de direção.

Algumas entrevistas apresentaram uma visão negativa com relação à atuação das empresas brasileiras, em particular, à da Odebrecht. Um primeiro ponto destacado foi a completa falta de transparência e ausência de divulgação de informações sobre os contratos públicos que envolvem essa empresa. As entrevistas apontam que a empresa é também responsável por fomentar ou se omitir frente à corrupção.

90 - Entrevista com representante da área de cooperação técnica na Embaixada brasileira em Luanda.

91 - Entrevista com professor da Universidade Técnica de Angola.



Diferentemente do Brasil, as atividades de responsabilidade social empresarial ainda são vistas como um ponto positivo ou amenizador dos impactos negativos relacionados com a atuação das empresas brasileiras, bem como uma contrapartida da empresa aos contratos fechados com o governo angolano. Esta reação talvez possa ser melhor compreendida se incorporamos na análise o contexto social, econômico e político angolano que inclui um Estado centralizador, uma sociedade extremamente desigual e o baixo acesso a serviços de saúde, saneamento, energia etc. A iniciativa privada e as atividades de responsabilidade social empresarial, nesse sentido, são interpretadas como substitutas da ação do Estado e fatores amenizadores das carências em serviços públicos.

Já em Moçambique, além de uma grande assimetria em capacidade de negociação entre os governos dos países e as multinacionais, o incentivo a projetos em conjunto com o capital estrangeiros são vistos como um “mal necessário” para a transferência tecnológica e de *know how*, capitais até então escassos.

“A ideia da exploração de carvão é que nós sairemos ganhando. O carvão é uma riqueza que estava subexplorada. O investimento é bem-vindo, o país não possui tecnologia para explorar o carvão. Assim, há um processo de absorção de tecnologias, como o carvão e as termelétricas. Acho que os investimentos são necessários. Mas percebe-se [como vêm sendo feitos] que não há uma ligação e uma articulação entre eles. E muito menos entre os investimentos e os empresários locais. A chegada da Vale representou a chegada de muito dinheiro que ficou concentrada em muito pouca gente” (informação verbal<sup>92</sup>).

Assim, o diagnóstico mais recorrente dos entrevistados é que o principal desafio posto aos governos de Angola e de Moçambique seria a diversificação de suas economias. Os investimentos e empresas estrangeiras, mais do que produzir para o mercado interno e gerar empregos, teriam o potencial de contribuir com a transferência de tecnologia, com a diversificação do país e com a formação de uma classe de empresários e de trabalhadores nacionais. A promessa de transferência de tecnologias e de qualificação de trabalhadores, contudo, muitas vezes esbarraria na extração de recursos naturais (minerais e agrícolas) a um baixo custo produtivo para a exportação sob a forma de *commodities*. Além disso, a diversificação e o investimento em setores considerados prioritários, como a formação de um grupo de empresas de construção civil ou de siderúrgicas locais, constantes nos planos de investimento oficiais, esbarrariam na atratividade “não oficial” das atividades que possuem um retorno rápido, e que não são estruturantes. A definição dos investimentos prioritários, assim, acabaria dependendo de fatores como a quantidade propinas, corrupção e comissões derivadas (informação verbal<sup>93</sup>).

Para boa parte dos entrevistados, as atividades das empresas multinacionais nesses países se caracterizaria por ser um processo puro de acumulação primitiva do capital, com base na exploração desenfreada de recursos minerais, e na criação de encaves econômicos que não necessariamente têm se desdobrado em processos de desenvolvimento (que contemplem a distribuição das benesses do

92 - Entrevista com Agência de Desenvolvimento Local de Tete.

93 - Entrevista com professor da Universidade Católica de Angola e com professor da Universidade Politécnica em Maputo.



crescimento econômico). Angola, para além dos hidrocarbonetos, é inexistente um setor produtivo nacional capaz de atender ao mercado interno, que segue totalmente dependente de importações. Moçambique vivencia uma situação semelhante, dependendo em grande parte das importações, principalmente da África do Sul. Em Tete, província de Moçambique onde estão as mineradoras Vale, Rio Tinto e Jindal, as estradas são cruzadas a todo o momento por caminhões e ferrovias carregadas de minério de ferro, madeira e outros recursos que são escoados para o mercado internacional. É uma verdadeira sensação de “veias abertas” da África.

A vida nesses territórios (urbanos e rurais) se altera completamente, como explicou um morador de Tete:

“... [Nas]Cidades foram muitas as alterações da vida do dia a dia. De cara chegou a inflação, os preços subiram muito pelo aumento no número de pessoas da cidade. Nos alugueis esse preço foi marcante, as casas estão mais caras. Os preços nos mercados estão mais caros. No trânsito também há uma alteração importante, hoje existem engarrafamentos nas cidades. Os hábitos e costumes também estão mudando. Um lado positivo poderia ser a formação de pequenos negócios por moçambicanos para fornecerem serviços à Vale. Contudo, as iniciativas são muito pontuais e isoladas. Não há um plano por parte do governo para fomentar e tornar esses investimentos fatores dinamizadores da economia local. Por exemplo, os alimentos. Tudo que se consome nas grandes empresas e, inclusive na Vale, no refeitório, vem de fora. Nada vem das comunidades vizinhas à empresa. Eles importam tudo, até o tomate vem da África do Sul. Os insumos produtivos para a empresa vêm do Brasil. É um enclave. O governo deveria facilitar isso, tornar esses fatores elementos dinamizadores da economia local” (informação verbal<sup>94</sup>).

Em outro relato de um professor:

“Os níveis de vida em Tete, uma cidade pequena, pacata, há casas de aluguel que custavam 5 mil meticais, e se quisera um valor alto, 10 mil meticais, 15 mil meticais. De um momento pra outro, tudo passou a custar para cima de 2 mil dólares, 3 mil dólares, 7 mil dólares. O único hotel que existia foi tomado pela Vale, reabilitado pela Vale e custa os olhos da cara, ninguém mais pode ficar lá. Chama-se Zambeze. Ele foi indiretamente comprado pela Vale, ela chegou lá e falou: nós precisamos de todos os quartos. Um hotel de Nampula que se chama Millenium tem 50 quartos que pertencem a Vale. Então, vai encarecer os custos de vida fora daqui do eixo onde os projetos vão acontecer. Quer seja em Cabo Delgado, como Nampula, como Tete e um pouco no norte da Zambeze e em Sufala, também (informação verbal)<sup>95</sup>.

Em Angola, por sua vez, os centros urbanos sofrem o mesmo efeito relacionado aos impactos das indústrias extrativas.

94 - Entrevista com Agência de Desenvolvimento Local de Tete.

95 - Entrevista com professor da Universidade Lúrio (Nampula, província de Nacala).



“Angola... são várias Angolas. Mas em termos dos cidadãos [Luanda], há duas muito bem demarcadas. Os modernos [ricos]... existem duas cidades sobrepostas e que não se comunicam. Meus irmãos.. (...) no setor do petróleo... eles não me entendem (...) é um outro mundo. A Angola dele e a Angola que eu vivo são mundos diferentes” (informação verbal<sup>96</sup>).

Há, portanto, uma Angola mais restrita, de empresários ligados ao setor petrolífero e de outros recursos minerais como o diamante e de construção civil, que vivem em condomínios de luxo construídos pelos brasileiros, circulam em *shopping center* e hotéis altamente luxuosos. E uma Angola com o maior número de angolanos, que vive em grande parte do mercado informal (em especial as mulheres, as zungueiras), de bancas e feiras livres espalhadas pela cidade e que circulam pelas ruas a pé e em lotações (candongueiros) e ônibus. O espaço construído da capital, Luanda, retrata essa diferenciação, contemplando lado a lado, ruas e edificações luxuosas vizinhas e ruas com esgoto a céu aberto, carentes de todo o tipo de serviços. Nesse sentido, a ampliação dos investimentos e financiamento de países desenvolvidos ou “emergentes”, e em alguma medida também a cooperação, vem contribuindo com um processo acentuado de concentração das riquezas.

Alguns atores entrevistados destacam que o processo vivenciado por esses países, ainda que traga risco de impactos econômicos sociais e ambientais grandes e, talvez, irreversíveis, também abriria possibilidades para novas dinâmicas econômicas. Haveria um potencial de gerar desenvolvimento nos seus respectivos países, desde que acompanhado dos instrumentos corretos para transformar os fluxos de investimentos em benefícios para o país. Por exemplo, no caso de Angola, o ponto positivo levantado tem sido a contribuição com a reconstrução do país:

“As principais empresas brasileiras que estão aqui trabalham nas infra-estruturas. Angola precisa dessas infraestruturas. Então o que fazem eu avalio como positivo. Positivo porque são empresas que estão a erguer a Angola. Angola estava totalmente sem estradas, sem nada. Só a Odebrecht era difícil erguer Angola da forma que estava destruída. Por isso a Angola recorreu mais a outras empresas. Formou-se uma concorrência perfeita aqui” (informação verbal<sup>97</sup>).

Um professor da Universidade Lúrio faz, por outro lado, ponderações:

“Seguramente o país precisa [destes investimentos]. Porque nós não encontramos denominadores econômicos para nos posicionarmos no mercado e no mundo global. Mas, por exemplo, a soja produzida (no projeto Pro-Savana) será exportada in natura para ser processada no Japão. Se não houver a possibilidade de criar uma agroindústria local derivada desses projetos, aí sim eu acho que é mal. São os meus dois pontos: primeiro o problema de desestruturar todo o sistema produtivo e segundo de não gerar uma agroindústria [dinâmicas] local. Teria que ser criada uma cadeia de valor, e dar mais valor ao produto que a gente tem (informação verbal<sup>98</sup>).

A falta de preparação e, muitas vezes, a corrupção no governo, fazem com que as negociações com as empresas sejam realizadas sem levarem em conta os benefícios para o país e para o desenvolvimento. Segundo esse professor:

96 - Entrevista com professora da Universidade Agostinho Neto.

97 - Entrevista com representante da ANIP, Angola

98 - Entrevista com professor da Universidade Lúrio (Nampula).

“Em primeiro lugar, o país nunca se preparou para ter muita indústria extrativa. [Veio] (...) tudo ao mesmo tempo, isso é uma surpresa para todos. Não estamos preparados nem sob o ponto de vista político, nem, sobretudo sob o ponto de vista da negociação. (...) Para além do fator surpresa e falta de preparação, nós temos um segundo elemento que é a agressividade das empresas que vêm. Essas empresas têm experiência, estão preparadas para gastar tudo o que for necessário para poder fazer a prospecção e depois a exploração, e eu acho que há muita capacidade de manipular” (informação verbal<sup>99</sup>).

Nesse sentido, outros entrevistados levantam que os projetos realizados por essas empresas dificilmente são articulados pelos governos locais em um planejamento mais amplo do país, o que acaba impedindo a conformação de processos que efetivamente contribuem com o desenvolvimento integral. Seus benefícios, portanto, acabam se concentrando numa elite determinada enquanto a população pouco se beneficia desses projetos. Avançando na análise, um professor da Universidade Lúrio questionou até que ponto esses empreendimentos geram benefícios para a população como um todo. Assim, no caso da duplicação da estrada de ferro do Corredor de Nacala:

“a Vale tem concessão de 40, 50 anos, no mínimo. O que vai acontecer? Havia aqui um comboio que transportava passageiros e carga, famílias etc. Se a Vale determinar que quer fazer seu comboio de carvão, vai fazer comboio de carvão (...) Não tem espaço pra levar pessoas, só tem espaço pra levar carvão. Então mesmo que nós digamos que estamos a nos beneficiar porque temos infraestrutura, não sei se é tão evidente como isso. Para quem a infraestrutura? E a Vale não está muito interessada em fazer linha pra levar pessoas, que vai pra frente e pra trás e bate palma no fim e diz ‘viva o Brasil’. A empresa está aqui para ganhar dinheiro. Como estaria em qualquer parte do mundo, se não houvesse essa possibilidade de ganhar dinheiro não estaria” (informação verbal<sup>100</sup>).

No caso específico de Moçambique, todos os entrevistados, incluindo aqueles com uma visão mais positiva com relação à atuação das empresas brasileiras, destacaram como um ponto negativo disso o baixo investimento na qualificação profissional, bem como no tratamento diferenciado que é dado para trabalhadores nacionais e estrangeiros. Não há um sistema de piso salarial por categoria em Moçambique<sup>101</sup> e as negociações salariais dentro de uma empresa são individuais e não coletivas. Muitos entrevistados, incluindo uma representante do governo da província de Tete, destacaram o problema da diferença salarial entre os trabalhadores:

“Há uma grande diferença entre o trabalhador nacional e o trabalhador estrangeiro. Cada um tem um salário. O pagamento e a fixação dos salários não é transparente. O Ministério [do Trabalho] orienta as empresas para a prática da igualdade salarial. [Mas] Não podemos determinar o quanto pagar. O contrato de trabalho nacional e aquele para os estrangeiros são diferentes. Tem havido muitas greves por conta da desigualdade dos salários. Odebrecht e Vale tiveram intervenção da polícia nos últimos anos. O Ministério manda a Polícia Nacional para baixar os ânimos. Eles [Minis-

99 - Ibid.

100 - Entrevista com o professor da Universidade Lúrio (Nampula)

101 - Há apenas a definição do salário mínimo que está em torno de US\$ 100 (3000 meticais).



tério provincial] entram para negociação, o Ministério do Trabalho e a empresa. O Ministério tem, como sua área de trabalho, assessorar as empresas, agir com o objetivo de reduzir os conflitos trabalhistas. Ouvem a empresa. Não podem reivindicar um aumento ou que os salários sejam equalizados, porque senão teriam que obrigar as empresas a aumentarem os salários em mais de 100%” (informação verbal<sup>102</sup>).

Com relação aos impactos sociais, esses mostram-se ambíguos. De um lado, a perspectiva de geração, ainda que muitas entrevistas tenham destacado a dificuldade em gerar emprego porque se dão num contexto de uma população pouco qualificada e com pouca ou nenhuma experiência no trabalho industrial. Ao mesmo tempo, esse processo tem como contrapartida toda a descaracterização dos modos tradicionais de vida, com impactos na cultura e nas tradições. Como bem aponta um professor:

“Esse elemento é bem mais difícil de avaliar, porque por um lado um grande empreendimento vai gerar a possibilidade de ter emprego. Nossa população nunca foi uma população industrializada. Eu tenho que sair da agricultura e tenho que ir pra indústria. As normas do trabalho não são as mesmas. (...) Isso pressupõe também ter alguma forma de economia diferente, uma economia doméstica diferente. (...) Estamos também a descaracterizar um sistema de vida rural que sempre existiu. (...) É provável que as pessoas, por causa do valor comercial, deixem de produzir para si para produzir um produto comercial e ter dinheiro. O dinheiro pode comprar sal, capulana, rádio, bicicleta etc. Mas não se come. Nem ele come, nem a família come. (...) E quem vai sofrer mais é sempre a mulher. Porque o homem nosso não produz, por isso que ele tem 6, 7 mulheres pra produzirem pra ele. Não é porque ele é muito forte e consegue ter essas sete mulheres. Ele vive à custa da mulher, e quanto mais filhos tiver melhor, porque é mão de obra. Então as implicações são: mais trabalho para mulher, mais trabalho pesado para crianças. Isso é menos tempo de escola para a criança, menos tempo de saúde para qualquer um desses. Eu acho que esses impactos também tem que ser analisados e depois sobre um ponto de vista de saúde (informação verbal<sup>103</sup>).

Outros entrevistados destacam a perda da soberania sobre os recursos naturais do país e sobre a terra, com o acirramento dos conflitos entre investidores e comunidades. Nesse aspecto, e principalmente em Moçambique, tem se observado um descontentamento crescente e muitas denúncias com relação às remoções de populações rurais, suscitadas pelo avanço dos projetos extrativos.

“Atingem a barriga e o bolso dos moçambicanos. Não deixam nada aqui, só tiram. Você vê as estradas e os caminhões levando nossas riquezas embora (enclave). (informação verbal<sup>104</sup>).

Assim,

“Esse é um dos maiores problemas. Movimentam comunidades que se situam em áreas próximas às reservas de carvão, o que tem gerado grande problema na cidade. Um grande conflito entre as comunidades e as empresas e o governo. As comu-

102 - Entrevista com representante do Ministério do Trabalho Provincial de Tete.

103 - Entrevista com um professor da Universidade Lúrio (Nampula)

104 - Entrevista com representante da Associação de Assessoria Jurídica a Comunidades em Tete.



nidades movimentadas, por exemplo, não podem fazer a maxamba (agricultura de pequeno porte) e são localizadas após o reassentamento em áreas muito distantes, nas quais o acesso à cidade é dificultado. As famílias que antes pertenciam a uma só comunidade são separadas, divididas e isso tem causado muitos impactos” (informação verbal<sup>105</sup>).

Situações como essa têm criado conflitos crescentes com a Vale. Aumenta o número de críticos à atuação da empresa e cético quanto à capacidade da mesma de gerar processos que beneficiem as populações locais nos territórios, onde são instalados seus projetos. Um trabalhador de uma empresa prestadora de serviço para a Vale em Tete afirma:

“A Vale encontra-se num momento de conflito com a população de Tete. Por exemplo, semanas atrás apareceu um corpo com a cabeça decepada na linha férrea da Vale. Ela abriu um inquérito para apurar, contudo já entende que aquilo não foi acidente, mas a ação de algum grupo que se opõe às ações da empresa. Na época o presidente do Conselho de Administração da Vale estava visitando Moçambique. Um dos motivos para o acirramento dos conflitos foi a experiência de reassentamento que a Vale teve com as comunidades. As famílias foram enganadas de que receberiam casas. Apresentaram para essas famílias um modelo e, quando foram receber as casas verdadeiras, não tinham nada que ver com aquilo. Enganaram as pessoas. Agora estão refazendo as casas em Cateme por meio da empresa Seta. Quando entregaram as casas houve conflito, eles deram cestas básicas para acalmar os ânimos, mas continuam na mesma hoje em dia. Nas manifestações contra os reassentamentos, seguranças privados que não usam armas não foram mobilizados, mas a própria Guarda/Polícia da República. Intervenção muito rápida. Bateiram nas pessoas” (informação verbal<sup>106</sup>).

#### **E - A implantação desses projetos tem tido problemas (conflitos sociais, ambientais, trabalhistas ou com governos locais)? Quais? Como têm sido solucionados?**

Há diferenças entre Angola e em Moçambique na existência de conflitos gerados por projetos envolvendo atores brasileiros. Em Angola, as críticas estão restritas a grupos mais informados e qualificados da sociedade, conformados por intelectuais, acadêmicos e outros grupos da sociedade civil. Seu principal ponto de crítica está relacionado ao ciclo de endividamento e de comprometimento dos recursos naturais no médio e longo prazo, e ao excessivo pacote de benefícios fiscais concedidos pelo governo aos grandes projetos. Nesse sentido, esses projetos seriam importantes para o desenvolvimento do país, mas condicionam o modelo de desenvolvimento a ser implantado por gerações futuras.

Um segundo conflito que, segundo as entrevistas, estaria crescendo, seria a desapropriação e remoção de famílias de suas terras derivadas da instalação desses grandes projetos. Contudo, em Angola, esse seria um processo que ainda estaria por vir, tendo em vista que nas situações nas quais foi necessária a remoção de famílias, o governo contou com a atuação da UNACA, confederação de camponeses, que pela sua capilaridade, acabou funcionando com instrumento

105 - Entrevista com representante do SINTICIM em Tete.

106 - Entrevista com representante de empresa que presta serviço à Vale em Tete.

amortecedor de conflitos. Segundo representante da UNACA:

“A Unaca mobiliza os camponeses para que saiam de suas fazendas nas áreas de desapropriação. Saem para dar lugar a grandes fazendas de cultivo de cereais que são interesse “público”. São importantes para o desenvolvimento do país. São projetos públicos, do governo, com participação de empresas, algumas brasileiras. São projetos de expropriação com justa indenização para os camponeses que deixam suas pequenas terras” (informação verbal<sup>107</sup>).

Conforme já mencionado, em Angola é raro encontrar organizações da chamada sociedade civil que não sejam um braço do próprio governo. Existem algumas, como por exemplo a ADRA (Ação para Desenvolvimento Rural e Ambiente), uma antiga organização que mantém um diálogo com o governo, apesar de também apresentar uma postura crítica. Mas esses grupos encontram pouco espaço para expressão de suas críticas e em muitas situações acabam ficando isoladas e asfixiadas. Na sociedade angolana, há uma massa de população pobre que não está organizada. Não houve nenhuma menção a questões ambientais relacionadas ao petróleo, por exemplo. Conflitos latentes, como no caso da Vale em Moçambique, não apareceram nas entrevistas.

Moçambique conta, por sua vez, com uma sociedade civil mais organizada, seja mediante organizações sociais, sindicatos e centros de pesquisa com pensamento e prática mais críticas, seja com a atuação de ONGs internacionais (como a WWF, Greenpeace) ou de agências de cooperação dos países centrais. Ainda assim, nesse contexto, o medo, repressão e práticas de espionagem do governo foram mencionados com frequência tanto nas entrevistas em Angola como em Moçambique.

Com relação às atividades da Vale, além dos conflitos trabalhistas mencionados acima, os principais conflitos sociais têm sido relacionados à remoção de famílias de agricultores, que ocupavam a área da mina de Moatize. A Vale nos últimos anos enfrentou muitos conflitos com as comunidades que foram transferidas com o seu projeto em Moatize. Falta de informações claras, ausência de um entendimento da cultura local no momento de elaboração dos projetos de assentamentos, fixação das famílias em áreas onde não podem exercer atividades agrícolas (maxambra) e com pouco acesso à água, assentamento das famílias em áreas muito distantes dos centros urbanos e distritos - foram problemas relatados nas entrevistas e por nós vivenciados em visita ao reassentamento “25 de setembro” em Moatize.

A Vale dividiu as famílias rurais em dois reassentamentos: 25 de setembro (195 famílias) e Catemi (mais de 1000). Segundo relatos de algumas lideranças dos reassentados, no momento de elaboração e implementação dos projetos pela Vale, as famílias não tiveram nenhuma informação sobre indenização e jamais tiveram direito a nenhum acordo escrito. Hoje, elas vivenciam muitos problemas relacionados às casas que foram construídas, como a ocorrência de rachaduras, má qualidade da obra, tamanho incompatíveis com o número de familiares, falta de segurança (uma chave abria várias portas), incompatibilidade com costumes locais, para citar alguns (informação

.....  
107 - Entrevista com representante da União Nacional dos Camponeses de Angola (UNACA).



oral<sup>108</sup>). Em entrevista, afirmaram não receber nenhuma atenção ou resposta da empresa, ainda que a tenham procurado por diversas vezes. A perspectiva é de que haja um acirramento desses conflitos na medida em que a mineradora amplia a sua atuação no território.

Em janeiro de 2012, a população do reassentamento de Cateme, que aguardava uma série de obras prometidas pela Vale, se revoltou frente à precariedade de sua situação e ocupou a linha férrea de escoamento de carvão da empresa, impedindo sua circulação. Essa revolta foi violentamente reprimida pela política. Fotos reforçam os relatos de maus tratos e violência física, denunciando violações de direitos humanos. Esse fato chamou a atenção de toda a opinião pública de Moçambique e, em alguma medida, também a internacional<sup>109</sup>. Coincidentemente, no mesmo mês, a Vale havia ganhado o prêmio “Public Eye Awards” de pior empresa do mundo, com 88.000 votos (pela internet), organizado por um grupo de entidades ambientais, de direitos humanos e trabalhistas e anunciado durante o Fórum Econômico Mundial, em Davos, Suíça<sup>110</sup>. Em Moçambique, foi relatado que nunca havia ocorrido um fato como esse. Em entrevista com uma representante do governo central em Maputo, foi afirmado que a população moçambicana não tinha histórico de revolta. Os conflitos relacionados ao desrepeito da Vale frente à população local poderiam representar um risco de desestabilização do próprio governo da Frelimo (informação verbal<sup>111</sup>).

O mesmo ocorre com relação aos trabalhadores. Além dos problemas referentes à diferença salarial e de tratamento entre trabalhadores estrangeiros e nacionais, há a ausência de sistemas e equipamentos de segurança no ambiente de trabalho, resultando na ocorrência de muitos acidentes. Foram relatadas as situações precárias dentro da planta empresa, levando a descontentamentos, protestos e realização de greves:

“O moçambicano é um povo que, ainda que seja muito guerreiro, se cala. Aguenta. A autoestima dos moçambicanos é muito baixa, temos medo de perder o emprego, temos medo de falar. As pessoas acham que nunca podem fazer coisas bem feitas. Há uma tensão latente entre a Vale e as comunidades e os trabalhadores e um dia isso vai estourar” (informação verbal<sup>112</sup>).

“Riscos, os trabalhadores da Vale estão expostos a muitos riscos. Por exemplo, trabalham em áreas de mata densa, onde há um grande risco de animais venenosos como cobras. Os trabalhadores não trabalham à vontade. Alimentação não é das melhores na empresa. Por exemplo, a Vale não permite que os funcionários levem nenhuma comida para a empresa, não podem, são proibidos. Ela dá, contudo apenas uma refeição por dia para cada trabalhador, e nem sempre essa refeição é dada no horário que deveria. A alimentação, mesmo para aqueles trabalhadores que chegam cedo pela manhã, é servida apenas as 15h ou 16h o que é muito tarde. Como são obrigados a comer no início do turno, depois sentem fome, trabalham com fome e não podem parar para comer. Os trabalhadores da segurança, por exemplo, fazem trabalhos paramilitares e ficam expostos a muita poeira. A máscara que a empresa fornece não é das melhores. (...)” (informação verbal<sup>113</sup>).

108 - Entrevista com moradores do reassentamento 25 de setembro em Moatize.

109 - <http://canalmoz.co.mz/hoje/22861-governo-de-tete-acusado-de-proibir-visitas-da-imprensa-e-de-ongs-a-cateme.html>

110 - <http://www.portugues.rfi.fr/africa/20120127-vale-pior-multinacional-do-mundo-com-eco-em-mocambique>

111 - Entrevista com uma representante do Ministério do Trabalho de Moçambique.

112 - Entrevista com um trabalhador de empresa prestadora de serviço à Vale.

113 - Ibid.

Segundo entrevistas, essas situações de conflito envolvendo a empresa demonstram a gravidade da situação vivenciada pelos trabalhadores da Vale, tendo em vista que o povo moçambicano não teria culturalmente o hábito de se manifestar, só o fazendo em situações extremas. Isso acabou levando à declaração da Ministra do Trabalho de Moçambique em entrevista realizada que diz que *“a Vale criou condições para que o povo fique contra seu governo”* (informação oral<sup>114</sup>).

A situação conflituosa com a Vale em Tete levou alguns atores entrevistados a levantarem preocupação quanto à implementação do programa ProSavana. Este deve, no médio prazo, gerar conflitos fundiários, na medida em que envolve a distribuição de concessões de uso da terra pelo governo moçambicano a produtores, em grande parte brasileiros, em forma de comodato por até 50 anos, prorrogável por mais 50 anos (PORTAL NIKKEI, 2012). Boa parte dos produtores a serem implantados a região (6 mil hectares) serão de produtores de soja do Mato Grosso do Sul. A cooperação, nesse sentido, prepara terreno e facilita a chegada da tecnologia brasileira, e abre o mercado para a atuação de produtores brasileiros de soja, bem como de empresas que comercializam máquinas, equipamentos e insumos relacionados ao modelo agrícola gestado. Assim,

“Dizem que em Moçambique há muita terra, e isso é verdade. Mas, por outro lado, não há terra sem dono.. Se pensa que não tem dono, mas o dono aparece. Isso é um problema sério quando se fala de grandes áreas. Com certeza, vai conflitar com populações e com pessoas que têm uma forma tradicional de agricultura. Eles têm direito a essa terra... estão a se aproveitar dela. Está a ver uma dificuldade em encontrar parcelas grandes de terras sem conflitos. Deveriam ter mecanismos eficazes de resolução de conflitos (...) Essa é uma questão delicada e eu não sei como a Embrapa está procurando resolver esse assunto. Existem muitos problemas desses, inclusive na mineração, problemas com terras, remoções, assentamentos” (informação verbal<sup>115</sup>).

Reforçando esse coro, em outubro de 2012, camponeses organizados na UNAC publicaram uma declaração, na qual se posicionavam contrários à realização do ProSavana<sup>116</sup>. Segundo o pronunciamento, o programa caracterizaria-se por uma ausência total de divulgação de seus instrumentos, objetivos e mecanismos, bem como pela inexistência de participação social, sendo uma política montada de cima para baixo. Adicionalmente, se mostraram contrários à instalação em massa em Moçambique de produtores brasileiros, o que na sua opinião resultará na remoção de comunidades inteiras e na expropriação de terras em virtude da instalação de monoculturas para exportação. Em alternativa à política, defendem a realização de investimentos voltados para o desenvolvimento da agricultura e da economia de camponeses de base agroecológica que gere empregos, contribua com a segurança alimentar, que contenha o êxodo e fixe famílias no campo.

#### **F - O Sr.(a) considera órgãos/empresas brasileiras como tendo influência sobre seu país? De qual forma? Qual é sua percepção sobre elas?**

Tanto em Angola quanto em Moçambique, existe uma grande influência brasileira exercida através da área cultural, por meio da atuação da televisão, que vem penetrando nas distintas di-

114 - Ibid.

115 - Entrevista com um professor da Universidade Politénica em Maputo.

116 - <http://www.unac.org.mz/index.php/7-blog/39-pronunciamento-da-unac-sobre-o-programa-prosavana>

mensões da vida, atraindo milhões de angolanos e moçambicanos e disseminando o estilo de vida brasileiro, sua cultura e normas comportamentais. Essa influência, segundo as entrevistas, vai desde o acompanhamento e o espelhamento no processo de julgamento por corrupção relacionado ao “mensalão”, até mudanças nas formas de relacionamento de famílias e de jovens. Em Angola, por exemplo, as principais são a TV Globo e a Record, e a Bandeirantes se prepara para entrar em operação. Em Moçambique, nota-se também a influência crescente da Record. O futebol é também uma influência fortíssima no campo dos esportes. Nas ocasiões de Copa do Mundo, por exemplo, boa parte das populações desses países torcem pelo Brasil, e assistem aos jogos da seleção brasileira com a instalação de telões em praças e a realização de grandes festas.

No campo religioso, as igrejas evangélicas, em particular a Igreja Universal do Reino de Deus, mas também suas variações, vêm ganhando papel crescente tanto em Angola quanto em Moçambique, alterando completamente o panorama e os rituais religiosos desses países. Segundo relatos, em ambos os países, pastores de igreja procuram imitar em suas pregações o sotaque brasileiro com o objetivo de ganhar popularidade. Igrejas universais proliferam pelo subúrbio de Luanda. Essas influências, combinadas, vêm alterando o comportamento e os valores dessas sociedades, com efeito acentuado na juventude. Nas palavras de um dos atores entrevistados:

“O Brasil, a sociedade brasileira deve ser agora aquela que mais tem influência sobre Angola, fora do continente africano. Pelo bem e pelo mal. Essa influência tem vários níveis. Do ponto de vista cultural, talvez da música, das telenovelas. Outra influência do ponto de vista cultural é o credo religioso que é da Igreja Universal e Igreja do Reino de Deus, do Bispo Macedo, e depois de algum tempo apareceu outra concorrente, a Igreja Mundial. Há influência inclusive no sotaque, aquele fervor. Não era tradicional aqui. Eles estão ocupando um espaço muito grande aqui em Angola, e a referência é o Brasil, seus bispos etc. Do ponto de vista da microeconomia, está no comércio dos grandes centros urbanos e suas periferias. Existem muitas lojas com produtos brasileiros. Aqui pelo subúrbio de Luanda há muita loja com roupa brasileira. E depois há outro tipo de influência que decorre das empresas de construção civil” (informação verbal<sup>117</sup>).

No caso de Angola a percepção dessa influência se fez mais notória no âmbito das entrevistas. Todos os atores entrevistados citaram a tv brasileira como um importante fator de influência sobre a vida angolana, atribuindo-lhe um caráter dúbio e contraditório. São elencadas como positivas as influências no que concerne ao tratamento e julgamento de casos de corrupção, mas por outro lado, são vistas como extremamente nocivas a influência comportamental de apelo sexual em torno das mulheres, bem como a utilização de atores brasileiros que são contratados por políticos e empresários angolanos para legitimarem projetos políticos e econômicos, estes últimos normalmente imobiliários. Em todas as entrevistas chamou bastante atenção a resignação para com uma campanha publicitária em torno de um projeto imobiliário da empresa Build Angola, que tinha o Pelé como garoto-propaganda e que, por fim, se mostrou uma grande fraude.

Muito embora as relações entre o Brasil e África tenham ganhado uma maior proximidade nos últimos anos, as políticas de cooperação, em especial a troca cultural, não têm se mostrado, como prega o discurso, simétricas e horizontalizadas. A dinâmica tem sido bem mais de transferência do Brasil para Angola do que uma troca propriamente dita. Esse aspecto foi uma crítica recor-

.....  
117 - Entrevista com representante da ADRA (Angola)



rente em todas as entrevistas realizadas, em particular em Angola. As relações têm se dado por meio de uma mão única, com predomínio da cultura brasileira sobre a Angolana. Para alguns entrevistados, atualmente,

“se há algo que os brasileiros precisam fazer é mudar a cara do Brasil para fora (...) o Brasil tem muita coisa interessante, mas o que vem para cá é tudo o de menos interessante (...) [Além disso, não tem havido uma troca] um angolano médio sabe muito mais do Brasil do que um brasileiro médio sabe de Angola. E isso eu vi muito claramente no Brasil. Eu vi até dentro do meio acadêmico, que por definição deveria estar informado” (informação verbal<sup>118</sup>).

Apesar da influência cultural e religiosa similar em ambos os países, notamos uma diferença significativa entre o que se dá em Angola e aquilo que se desenrola em Moçambique, com relação a extensão e o caráter da influência de atores brasileiros sobre as decisões governamentais e os processos políticos e econômicos em curso. Em Angola, boa parte das entrevistas expressaram que, muito embora a influência brasileira seja importante em diversas áreas, não se pode concluir que o governo angolano tome decisões impostas por essa relação.

“Não, não há isso. Há articulação. Há uma perversa associação entre interesses políticos e econômicos [dos que vêm de fora e dos que aqui estão no poder]. Grande parte dos políticos que estão ali no Parlamento são ou empresários ou articuladores dos interesses de grandes grupos empresariais. Fortes e pequenos do ponto de vista de número, mas fortes e poucos, fortíssimos do ponto de vista político e econômico. Estão em três ou quatro áreas” (informação verbal<sup>119</sup>).

Todos os depoimentos em Angola relataram que o governo seria bastante forte e estruturado para negociar com investidores, de modo que as tomadas de decisão se dariam mais como uma convergência de interesses do que por meio de uma imposição brasileira.

“Nesse sentido, o Brasil se anula. Esses aqui são muito arrogantes, muito nariz empinado. O poder aqui em Angola é muito arrogante. Não acredito que mesmo os chineses, que andam por aí, não acredito [que tenham poder sobre o nosso governo]” (informação verbal<sup>120</sup>).

Já em Moçambique, ao contrário, essa influência é tida como muito mais efetiva por dois fatores principais. Primeiro, pela pouca preparação e qualificação técnica do corpo burocrático do Estado moçambicano que faz que as negociações sejam sempre assimétricas. Segundo, destacam a ausência de um planejamento entre as diversas vertentes do governo e, portanto, de um projeto político para o país, que ordene os diferentes fluxos e iniciativas em curso de modo a favorecer o crescimento econômico com desenvolvimento. Assim,

“Não, esse governo não tem nenhum planejamento, um governo absolutamente liberal, e incompetentemente liberal. Poderia ser competente, mas nesse caos é incompetente e não tem estratégia. Por outro lado não tem recursos, e está aberto a qualquer tipo de produção e projeto (...). Em Angola é o oposto, têm muito recur-

118 - Entrevista com professora da Universidade Agostinho Neto.

119 - Ibid.

120 - Ibid.

so, tem estratégia, sabe o que se quer, certo ou errado. São também liberais mas têm estratégias e são um pouco mais competentes do que aqui em Moçambique. As diferenças estão aí e lá existem grupos de interesses econômicos muito bem consolidados. Sabem como aproveitar recursos, tudo em função do poder. Nesse sentido de reproduzir o poder e reproduzir os grupos econômicos internos [num processo concentrador, mas mais autônomo]. Em Moçambique, eles estão se tornando incompetentes, a não ser que seja a lógica de renda, *rent seeking*. Aqui estamos numa fase de capitalismo selvagem e muito pouco desenvolvido em todas as etapas” (informação verbal<sup>121</sup>).

Contudo, e isso é observado em ambos os países, foi muito destacado nas entrevistas a influência brasileira nos círculos técnicos, na formação da visão de mundo com relação ao desenvolvimento, em particular, naqueles relacionados à tecnologia aplicada à agricultura tropical e às políticas públicas, assim como nas de cunho social. Em muitos casos, foram citadas as proximidades construídas com a cultura e a história brasileira, o que pode ter efeitos positivos e negativos.

“a ideologia que está a ser seguida por nossos governantes é essencialmente influenciada pelos brasileiros. Há uma influência de paradigma (...) Nós encontramos muitos brasileiros em empresas e instituições estratégicas de Angola. Nos ministérios, empresas públicas estratégicas, sempre têm brasileiros. Mas aquelas pessoas que vieram do Brasil, que conhecem o Brasil, costumam dizer que não importamos todo Brasil, mas um certo Brasil. Além disso, há ainda outros 3, 4 países que estão a influenciar o paradigma. Importamos a ideia do Brasil de fazer um país bonito, mas não necessariamente justo. Fora o Brasil, estão China, Portugal e EUA” (informação verbal<sup>122</sup>).

De uma outra perspectiva,

“Há consultores brasileiros em todos os ministérios do governo. Consultam os brasileiros, enquanto nós [grupo de economistas da UCAN] nunca fomos consultados sobre nenhuma política de governo. Isso deixa o povo apreensivo. Enquanto consultores brasileiros ganham salários de até 30 mil dólares ao mês, um professor ganha 2.500. Há uma influência brasileira muito grande no pensamento econômico e social em Angola” (informação verbal<sup>123</sup>).

Esse ponto nos coloca uma observação importante com relação à atuação brasileira e ao grau de influência sobre os países africanos, em particular Moçambique e Angola. Ainda que o discurso justificador da atuação brasileira e chinesa nesses países seja sempre ancorado na ideia de horizontalidade, da não intervenção em assuntos internos e da cooperação para desenvolvimento (em substituição à ajuda e assistência técnica próprias da cooperação Norte-Sul), a observação na prática dessas transações tem mostrado que a transferência de experiência entre países do Sul pode também estar calcado na verticalidade, na tendência a apresentar-se como aquele que já passou por isso, já aprendeu a fazer melhor. A cooperação técnica e ajuda entre países do Sul é diferente da assistência clássica Norte-Sul, entretanto, não está livre de relações de poder, mesmo que essas sejam estruturadas de forma diferenciada.

121 - Entrevista com professor da Universidade Politécnica em Maputo.

122 - Entrevista com um representante da ADRA (Angola).

123 - Entrevista com professor da área de economia da Universidade Católica de Angola.

Alguns estudos mostraram que o próprio diretor da Embrapa teria reconhecido em algumas ocasiões a ausência da horizontalidade nos projetos de cooperação técnica (CASTRO e GOULET, 2011). Outros explicitaram que ocorre a transferência, de um país para o outro, de um “pacote tecnológico determinado”, ainda que envolvidos num discurso de proximidade e simetria (CASTRO, GABAS, SABOURIN, 2012).

Situações como essas ficam mais evidenciadas no campo agrícola e do desenvolvimento rural. Castro, Gabas e Sabourin (2012) destacam que a atuação brasileira em Moçambique tem sido marcada pelo avanço não necessariamente proporcional entre dois modelos de desenvolvimento do mundo rural cujos traços maiores residem no avanço de uma agricultura de larga escala, direcionada para mercados mundiais conciliada com apoios à agricultura familiar. Entendemos que mais do que contraditórios, nos diversos instrumentos de atuação brasileira em Moçambique e Angola, as ações em torno desses projetos têm se mostrado, em grande medida, complementares. Ainda que com participações extremamente desiguais, boa parte das ações transferidas a esses países por meio da cooperação técnica tem incluído medidas voltadas para o fomento do agronegócio e políticas específicas de apoio à agricultura familiar e de promoção da segurança alimentar. As ações de cooperação que envolvem a Embrapa e o governo brasileiro em Moçambique têm sido emblemáticas nesse sentido: de um lado se avança no desenvolvimento de um plano diretor para a produção agrícola articulado com ações de financiamento e crédito para a vinda de produtores de soja brasileiros para a savana moçambicana, de outro inclui-se uma dimensão de participação da agricultura familiar e de replicação de políticas específicas para esse público como o Programa Aquisição de Alimentos, o Pronaf e o Mais Alimentos África.

Essa lógica chama atenção para um último ponto da influência da ação brasileira nesses países que é o conteúdo em grande parte “tecnicista” dos projetos implementados. Seus desenhos são, em grande parte, arquitetados sob a justificativa de aumento da produtividade e transferências de tecnologia em pacotes, e raramente para o fortalecimento de cadeias completas de abastecimento (o PAA pode ser uma exceção a essa regra). Ao mesmo tempo, alguns estudos (CASTRO e GOULET, 2012) entendem que não estaria em curso ainda um efetivo processo de adaptação das políticas e experiências brasileiras ao contexto africano. Mais do que transferir pacotes fechados de políticas e tecnologias, ainda estaria bastante recuado o processo de adaptação da experiência brasileira ao contexto africano que envolva um retorno reflexivo com especial atenção para os possíveis erros e negligências da própria experiência brasileira e uma maior participação de atores africanos na construção desse processo. Assim, como ficou marcado em experiências anteriores:

“No setor do agronegócio, os brasileiros são aqueles que mais estão entrando. Os produtos são cana, milho, a importação e exportação de gado, muita maquinaria e técnicos. Aí os brasileiros tem estado a cometer um desastre. Há alguns anos atrás ficou na imagem das pessoas gado bovino que vinha do Brasil. Tiveram até algumas atrizes [Regina Duarte] a atuar nessa campanha (...). Mas o animal não se adaptou, e acabou morrendo. Um animal que está acostumado a ser criado sob determinada alimentação, você traz pra um capim que não é o mais adequado... Várias vozes angolanas criticaram isso... Há esses projetos malucos dos biocombustíveis. Isto só acontece porque normalmente as instituições brasileiras entram nessa cadeia. Ou por via da assistência técnica, ou se associando a grupos

angolanos para venderem sua maquinaria, ou por via de uma linha de crédito. A EMBRAPA tem ligações com o ministério da agricultura, e envolve também nessas relações atores privados” (informação verbal<sup>124</sup>).

### **G - Na sua opinião esses projetos contribuem com o desenvolvimento de Moçambique/ de Angola?**

Em ambos os países, as entrevistas demonstraram que os processos em curso em Moçambique e Angola, e todas as disputas envolvendo investimentos, financiamentos e políticas de cooperação, têm gerado efetivamente crescimento econômico, mas não necessariamente um processo de desenvolvimento integral.

Em Angola, ainda que o governo angolano apresente uma maior autonomia nos processos decisórios, calcada em grande parte na detenção de recursos energéticos, os processos econômicos recentes têm se mostrado bastante concentrados em uma elite político-econômica que se reproduz no seio do governo angolano. Esses processos não têm se reproduzido em dinâmicas que diversifiquem a economia angolana e que sejam capazes de incluir, em seus resultados, camadas mais amplas da população. Nesse sentido, segundo entrevistas, ainda que hoje Angola vivencie um processo de intenso crescimento econômico, morreriam mais pessoas de desnutrição do que de malária e, ainda que o país se encontre hoje em processo de paz, os gastos governamentais com armamentos têm se mostrado muito superior do que os recursos aplicados em saúde e educação. Assim,

“A gente tem que lembrar que desenvolvimento é outra coisa. Desenvolvimento é algo igual, pressupõe a distribuição, inclusão, pressupõe a aquisição gradual de mais. Uma apropriação de mais. Dentro de um quadro que se traduz em mais. E, principalmente, participação. Tem que ter um processo claro de democratização. Acho que esse é um processo que nunca vai acabar. É um processo sem fim, mas que assim seja. Esse alvo a atingir sempre está a se deslocar, isso é um estímulo para continuar a andar” (informação verbal<sup>125</sup>).

Em Moçambique, o processo é semelhante, com a conformação de um período intenso de crescimento econômico, mas que pressupõe pouca participação e distribuição. Consolida-se no país um modelo de desenvolvimento dual, calcado em setores dinâmicos corporificados em grandes projetos voltados, em sua maioria, para o mercado externo. Porém, não geram distribuição de riquezas e, portanto, restringem a formação de um mercado interno capaz de desempenhar o papel de dinamizador da economia nacional. “Ninguém vem para um país investir para desenvolver o país.. se desenvolve, é uma consequência” (informação verbal<sup>126</sup>). E a possibilidade de desenvolvimento dependerá fortemente da postura e da capacidade do Estado moçambicano elaborar políticas públicas que transformem esses projetos em fatores diversificadores e dinamizadores de sua economia interna.

124 - Entrevista com representante da ADRA (Angola).

125 - Entrevista com professora da Universidade Agostinho Neto.

126 - Entrevista com professor da Universidade Politécnica em Maputo.

Assim,

“Hoje em Moçambique há um dinamismo real que não era percebido há uns quatro anos atrás. Mas o governo não sabe aproveitar e planejar o desenvolvimento de Moçambique. Este governo não tem nenhum planejamento, governo liberal e incompetente. Não há qualquer estratégia de desenvolvimento. (...) Faltam políticas internas de governação para emergir um empresariado local, gerar dinamismo interno. Cadeias de serviços para empresas estrangeiras geradas por empresas nacionais. Com isso, o dinamismo desses investimentos privados estrangeiros só geram inflação, e outros impactos negativos, pois poucos participam de suas benesses. Com o avançar desse ciclo, Moçambique está cada vez mais virado para o exterior. O tecido produtivo direcionado para o mercado interno é muito pequeno e, o pior, decrescente” (informação verbal<sup>127</sup>).

#### H - Fora o Brasil, quais os principais países que investem em Angola/Moçambique? Há concorrência entre os projetos desses países com o Brasil?

Em Moçambique a maior influência citada tem sido a África do Sul, seguida também de uma atuação crescente da China e do Japão. A Índia também vem ampliando a sua atuação no país. Em Angola, o Brasil é um dos três países que mais realizam investimentos. Os chineses disparam como o país emergente com maiores investimentos e também com a maior linha de crédito direcionada à Angola, sempre tendo como garantia os recursos petrolíferos. “Eles já emprestaram 17 bilhões de dólares. Na verdade é um re-investimento, pois crédito é investido na indústria do petróleo, que retorna para eles através da conta-petróleo. A China paga petróleo antecipado” (informação verbal<sup>128</sup>).

Ao lado da China, destaca-se também Portugal, que ainda guarda laços com a antiga colônia. Diante desse quadro, foi destacada durante as entrevistas a habilidade do governo angolano em jogar com os diferentes países financiadores e seus interesses, com o objetivo de tirar vantagem da configuração política vigente. Assim,

“Eles [grandes potências] têm criticado os angolanos de estarem entrando quase às cegas numa relação com a China. Mas não há uma ilusão de pensar que é sem interesse! Essa ideia de que ‘não eles defendem os direitos humanos’ está errada. Eles defendem os direitos humanos até onde os interesses deles não forem afetados. Essa é a lógica deles!. Eu hoje não ouço nenhum líder influente na Europa ou Obama a tecer uma crítica explícita ao presidente José Eduardo dos Santos sobre a corrupção, por exemplo. Sobre a má gestão, Então, eles estão a acomodar seus interesses, também. Nisso nosso presidente [de Angola] tem uma habilidade muito

127 - Ibid.

128 - Entrevista com representante da Embaixada brasileira em Luanda.





grande. Angola é dos poucos países (...) que está conseguindo fazer confluir vários interesses que poderiam ser contraditórios. As empresas americanas aqui estão no vôo do cruzeiro. Todas as petrolíferas também. Seus interesses consolidados numa tranquilidade cândida... Mas também as empresas chinesas... as linhas de crédito da China... As empresas russas não tem problema nenhum. Os ingleses, alemães... Teve Durão Barroso a fazer rasgados elogios ao presidente da república de Angola..." (informação verbal<sup>129</sup>)

### **I - Você identifica alguma diferença entre os projetos brasileiros (sua forma de negociação e implementação) e os de outros países?**

Ainda que identificado como o país irmão de Angola e unido por laços históricos e de amizade, nas entrevistas realizadas durante campo, a atuação brasileira foi, muitas vezes, identificada como "oportunista". Assim, não teria sido à toa que logo após a independência do país, o governo Geisel teria se aproximado e reconhecido esse processo. "*Uma jogada de mestre*" (informação verbal<sup>130</sup>).

Nos últimos anos, o país tem conseguido construir um ambiente de cooperação e parceria, que condiz com os objetivos brasileiros de se tornar uma grande potência emergente e uma liderança do bloco de países em desenvolvimento. Ao mesmo tempo, ainda que o crescimento da cooperação brasileira e de outras potências emergentes, como a chinesa e indiana, tenham alterado o ambiente geral de cooperação em Angola e Moçambique, elas apresentam diferenças entre si. Os brasileiros caracterizam-se por manterem um maior diálogo e interlocução com as potências tradicionais. Em Moçambique, muitos projetos são implementados de forma trilateral (por ex. Embrapa, governo de Moçambique e USAID ou JICA). Os chineses, nesse sentido, não demonstram preocupações do mesmo tipo, nem mantêm canais de diálogo com outros atores da cooperação. Isso incomoda os países doadores tradicionais, especialmente aqueles que compõem o G 19. Representantes da União Europeia em Maputo demonstraram preocupação com a falta de informação sobre as políticas e projetos de cooperação dos "novos doadores". Podemos interpretar que a entrada dos países chamados "emergentes" na África abala, de alguma forma, a posição de poder das potências tradicionais:

"Todos os países da União Europeia possuem uma prática de alinhamento de suas ações e iniciativas. Com relação ao Brasil faltam informações, não sabemos o que pretende ou fará. Sabemos apenas pela mídia. (...) Com relação aos emergentes, há diferenciação política, [eles] não se misturam.. Ninguém sabe de nada (...). Existe uma fragmentação de ações e contradições, pois não alinham suas práticas com aquelas dos demais países, falta articulação com as políticas dos países doadores. Existem espaços comuns, por exemplo, no âmbito do governo moçambicano existe um grupo de trabalho que prevê coordenar as ações e prioridades dos doadores [G19]" (informação verbal<sup>131</sup>).

Na área da cooperação técnica, uma dificuldade em lidar com o Brasil normalmente citada se refere ao excesso de burocracia envolvida nos processos governamentais brasileiros. Haveria uma

129 - Entrevista com o representante da ADRA (Angola).

130 - Entrevista com professora da Universidade Agostinho Neto.

131 - Entrevista com representantes da Delegação da União Europeia para Moçambique.

lentidão grande entre o anúncio de projetos e sua execução efetivamente. A fábrica de medicamento antiretrovirais da FIOCRUZ em Maputo, por exemplo, muito embora tenha sido anunciada em 2003, só foi concluída em meados de 2012, ou seja, nove anos depois. No caso de projetos de outros países, como a China, essa lentidão não ocorreria.

Outra diferença citada diz respeito à convivência com trabalhadores de outros países que chegam junto com projetos de construção civil e agricultura. Observa-se com certa frequência, mas nos últimos anos de forma mais acentuada pela da crise europeia, a chegada de muitas empresas portuguesas, como a Teixeira Duarte da construção civil, para Angola, na busca por mercados. Os trabalhadores chegam “silenciosamente em 3 ou 4 aviões da TAP por dia” e entram no país como vistos de turistas (informação verbal<sup>132</sup>). Segundo relatos, o convívio com os portugueses seria o mais difícil (por ex. tratamento preconceituoso e hierárquico), resquício dos tempos de colonização.

Em muitas situações, o principal diferencial na atuação brasileira se relaciona com a cultura de realização de maiores investimentos em formação e qualificação da mão de obra local e a ampliação das atividades em responsabilidade social empresarial. Contudo, ao contrário do que é observado com relação aos chineses, os brasileiros, em particular aqueles que ocupam cargos mais elevados na escala decisória, demoram a se ambientar em Angola e a se enturmar com os angolanos. Daí, muitas vezes, é citada a concentração de brasileiros em condomínios fechados e a introdução na cidade dos shopping centers, que não seriam um hábito comum do povo angolano.

“Apesar de uma maior afinidade cultural entre Brasil e Angola, brasileiros não têm inserção junto à população. Enquanto que chineses têm muito mais... Os chineses se inserem na vida local, moram em lugares populares. Os brasileiros não. Ao mesmo tempo os empresários brasileiros se diferem de outros no que tange a responsabilidade empresarial. Odebrecht faz capacitação, formação e projetos sociais nas zonas onde moram seus trabalhadores. Com isso, ganham visibilidade nas zonas periféricas. Ganham vantagem econômica e apreciação política” (informação verbal<sup>133</sup>).

Desse modo, o convívio com chineses e brasileiros apresenta traços diferenciados. Os chineses têm a característica de trazerem a mão de obra de sua país. Após um período inicial de adaptação e aprendizagem do idioma, os atores que entrevistamos informaram que o convívio com os chineses, principalmente com os trabalhadores não qualificados (normalmente da construção civil) e aqueles que trabalham no setor de serviços seria mais fácil e maior do que com brasileiros. Remetem isso ao fato de se adaptarem bem a qualquer meio e de irem morar, muitas vezes, em comunidades da periferia de Luanda, dividindo as ruas e os espaços públicos com angolanos. De fato, durante o campo, cruzamos com muitos chineses pelas ruas de Luanda, bem como vimos muitas lojas e pontos comerciais administrados por chineses. Segundo boa parte dos entrevista-

132 - Entrevista com professora da Universidade Agostinho Neto.

133 - Entrevista com professor de economia da Universidade Católica de Angola.



dos, os brasileiros que chegam para trabalhar em Angola são normalmente aqueles que ocupam posições de comando nas empresas e que, por isso, possuem uma maior dificuldade de convívio com o angolano de classe média, classe baixa. Foi recorrente ouvirmos que os brasileiros ficam com os brasileiros ou os angolanos de elite em condomínios de luxo como o Talatona (construído por brasileiros nos moldes dos condomínios da Barra da Tijuca), nos hotéis de luxo e no único shopping center de Luanda. De fato, em toda a viagem de campo não cruzamos com um único brasileiro nas ruas de Luanda. Em Moçambique também foram muitos os relatos de que os funcionários brasileiros trazidos pela Vale para trabalhar na mina de Moatize ficariam fechados em condomínios construídos pela própria empresa (dentro da planta da mina, com acesso restrito), com pouco convívio com as populações do entorno do empreendimento em Tete.

**J - Se imaginarmos a próxima década, como você vê as projeções futuras da atuação brasileira? Do ponto de vista do desenvolvimento de seu país, para quais áreas e setores deveriam ser direcionados os investimentos?**

Em ambos os países, as perspectivas futuras de atuação brasileira em suas economias estão relacionadas à expansão da agricultura empresarial e à maior atuação da EMBRAPA e de suas tecnologias adaptadas ao clima local. Ficou claro em todas as entrevistas, tanto em Angola quanto em Moçambique, que o avanço futuro do capital brasileiro é no agronegócio, em especial, de grãos e de agrocombustíveis. As prioridades do governo têm se voltado para a consolidação de uma agricultura de larga escala de base exportadora. O mercado interno e a segurança alimentar, embora apareça registrada em quase todos os discursos e planos de desenvolvimento do governo, não parecem ter muita prioridade nos instrumentos do governo.

“O futuro é o agronegócio brasileiro! Essa é a perspectiva futura... parece que, para eles [governo], essa é a solução urgente para o desenvolvimento do campo no curto prazo” (informação verbal<sup>134</sup>).

As entrevistas realizadas demonstraram que a leitura de boa parte dos atores é que no curto prazo, poderia haver uma complementaridade entre esses dois tipos de produção no campo angolano e moçambicano. De um modo geral, a estratégia do governo de Angola para o setor agropecuário e para as áreas rurais seria a ampliação de infraestrutura e a implementação de ações que procuram desenvolver, de um lado, grandes projetos agrícolas voltados para a exportação e, de outro, políticas específicas para a pequena agricultura de base tribal. Ambos são justificados no âmbito do discurso da necessidade de fomento da produção de alimentos e de garantia da segurança alimentar. Contudo, ainda que se revistam em ações para a garantia da produção de alimentos para o mercado interno e de desenvolvimento rural voltado para a fixação de famílias no campo e fomento da agricultura familiar, quando postos em prática, tendem a se concentrar em ações voltadas para a implementação de grandes projetos empresariais voltados para a exportação. Assim,

“As políticas para a pequena agricultura em Angola, ainda que existam no discurso, não existem na prática. [Essa agricultura precisa de] insumos, crédito agrícola. As prioridades do governo, contudo, são outras. Quando olhamos para como as políticas são repartidas, notamos isso. Existem algumas iniciativas [importantes] do

134 - Entrevista com representantes da União Nacional de Camponeses de Angola (UNACA)

Estado inibidas. Em 2004/2005 foi lançado o PDR, o Programa de Desenvolvimento Rural que permitiu (...) facilitar o acesso a insumos agrícolas. Há uma outra iniciativa mais recente de 2009, que é o crédito agrícola de campanha. Alguns até chegaram aos agricultores. Foi uma das iniciativas que podiam efetivamente ajudar o agricultor” (informação verbal<sup>135</sup>).

Nesse sentido, ainda que identifiquem que as ações de apoio do governo angolano e da cooperação brasileira e chinesa se concentrem em maior parte no apoio à produção intensiva de larga escala, a leitura desses atores é que não haveria de imediato um conflito, posto que boa parte da população dos países se concentraria nas metrópoles. Contudo, ainda segundo entrevistas, esse não é o quadro esperado para o médio e longo prazo, quando se espera uma ampliação e acentuação dos conflitos fundiários derivados do crescimento desses projetos de agricultura de larga escala.

“O que está acontecendo nesse momento, grosso modo, é que grande parte das concessões de terra ainda não foram cercadas. Nós temos muitos casos em que existe uma fazenda, e dentro dela existem 4 ou 5 aldeias. As pessoas estão a trabalhar, mas o problema ainda não é patente porque ainda não se concretizou. Em alguns casos por causa de financiamento e da pessoa que tem o título não ter dinheiro e etc. Aí o conflito ainda não se concretizou. (...) O que temos observado é que isso é um problema a prazo. Ainda não se cumpre a lei [de terra] e o dia que isso for feito vai por em choque as populações. A disputa por espaço existente ainda não é tão violenta, porque em alguns casos umas famílias saem de uma zona e vão ocupar outra zona. (...) Eu não penso que sejam coisas incompatíveis. O que eu estou a dizer é que, nas circunstâncias atuais do nosso país, o Estado deveria ter um outro tipo de mobilização para a agricultura familiar. O que sobrevive na prática é o nosso agricultor abandonado à sua sorte, sem políticas de apoio, na base da subsistência (informação verbal<sup>136</sup>).

Além do que se prevê, do que está por vir, existe também aquilo que se espera e que se sonha. Muitos entrevistados focaram na educação, na formação de lideranças, em ciência e tecnologia. Falou-se na humanização dos serviços e investimento no capital humano. “*Por muito tempo os financiamentos externos serviram para apoios diretos de sobrevivência, e quando pedimos para o aumento da cidadania, a recessão da Europa e, conseqüentemente, os financiamentos fecharam essa possibilidade*” (informação verbal<sup>137</sup>). É necessário, portanto, que haja investimentos para a cidadania, e não somente para uma sobrevivência.

O processo de cidadania e democratização perpassa a maior parte dos entrevistados. O Brasil é visto como aquele que desenvolveu uma “tecnologia do diálogo”, que é mais do que o resultado em si (o “salto de modernização”), mas sim um processo que seria necessário aprender e adaptar à realidade local: “*Nós angolanos é que temos que procurar outros Brasis*”<sup>138</sup>.

135 - Entrevista com representante da ADRA (Angola).

136 - Entrevista com o representante de ADRA (Angola).

137 - Entrevista com um funcionário da Secretaria de Direitos Humanos em Luanda.

138 - Entrevista com o representante de ADRA (Angola).

## CONCLUSÕES

“Enquanto ficarmos reféns da história que nos é contada pelos caçadores, que vão à caça e dizem “matei um leão” e não tivemos a possibilidade de ouvir a história dos animais. (...) Nós ficaremos a cantar a música que vem do caçador... O caçador aqui é o grande projeto, os grandes empreendimentos. Então vamos ficar a espera que algum dia os animais possam contar a sua própria história. (informação verbal139)”

Foi na tentativa de lançar luz, ao menos em parte, a algumas dimensões da história da caça, que finalizamos esse texto. O provérbio africano mencionado por um dos nossos últimos entrevistados e reproduzido acima nos diz que haveria, sempre, diferentes histórias sobre um mesmo processo. Sua visão e versão da história dependeria, assim, diretamente da posição ocupada por aquele ator no processo e sociedade em questão. Os grandes projetos e políticas públicas que são impulsionados pelas iniciativas de cooperação, financiamentos e investimentos brasileiros em Angola e Moçambique, ao se territorializarem, não se deparam com um ambiente vazio, à espera da “salvação” ou do “salto de modernização” por meio de um solidário e desinteressado estímulo externo. Ao contrário, são confrontados com contextos políticos e econômicos específicos e com territórios ocupados, muitas vezes, por atores dotados de diferenciados interesses e de modos de vida específicos, alguns com forte enraizamento cultural e tribal. Essa diversidade de atores e instituições são, de uma maneira ou de outra, articulados ou impactados pelas dinâmicas que são postas em prática com esses projetos.

Muito se fala e propaga, ao menos no Brasil, dos conteúdos programáticos e dos objetivos iniciais dos projetos brasileiros direcionados a Angola e Moçambique, em uma perspectiva de uma política “ganha-ganha”. Pouca ou nenhuma visibilidade, contudo, é dada para as formas como são implementados, ou seja, para os processos que são postos em marcha, quando políticas públicas, arranjos institucionais e ideias são transpostos a outros contextos, para os atores e arranjos que mobilizam e para diversos impactos que podem engendrar. Compreender essas estratégias de desenvolvimento que estão sendo implementadas nesses países impulsionadas por atores brasileiros, significa, por outro lado, também compreendermos com maior precisão a própria estratégia de desenvolvimento do Brasil para dentro, percebendo sua dinâmica, seus impactos concretos sobre as classes sociais mais vulneráveis (trabalhadores/as, camponeses/as, indígenas e comunidades tradicionais) e seus mecanismos de reprodução. A versão desses grupos, que muitas vezes são a “caça”, são quase sempre invisibilizadas.

A “nova África” tem se configurado, cada vez mais, como a principal arena para o exercício das diferentes dimensões da política do “Brasil global”, reunindo elementos potenciais para a sua consolidação como potência emergente, e para colocar em prática as “soluções brasileiras” de conciliação do desenvolvimento econômico e inclusão social. A “nova África”, assim, se encaixa nas estratégias políticas e econômicas de frações da sociedade brasileira, formadas por órgãos governamentais, atores privados e, em alguns casos, organizações da sociedade civil. Mas, em que medida o “Brasil global”, e todos os fluxos que são postos em marcha nos países africanos, são capazes de responder efetivamente aos problemas e desafios que estão postos no contexto atual para as suas economias e sociedades?

.....  
139 - Entrevista com professor da Universidade de Lurio (Nampula)



Logramos identificar nessa pesquisa a tendência a novas formas de endividamento entre países “do Sul” que ainda precisam ser melhor estudadas. Os empréstimos e financiamentos “Sul-Sul” se diferenciam daqueles concedidos pelas instituições financeiras multilaterais e pelos países centrais. Eles não impõem, de forma direta, políticas macroeconômicas e fiscais, e não impõem condicionalidades políticas, que têm como modelo as instituições das “democracias ocidentais” (forma de Estado liberal, economia aberta e liberalizante, regime democrático representativo e garantia formal de direitos humanos individuais). Para bem ou para mal, as novas formas de relação entre credores e devedores do Sul global estão reestruturando a concessão de créditos internacional aos países africanos. No caso de Angola, o país sofre com o alto volume de oferta de crédito, na disputa geopolítica por seu mercado. Contudo, estão sendo gerados novos endividamentos que têm como lastro a produção de recursos minerais e energéticos, comprometendo as gerações futuras com um certo padrão de desenvolvimento. Torna-se, portanto, uma nova armadilha, na medida em que condiciona a produção, e muitas vezes dificultando a diversificação de suas economias que permanecesse altamente dependente dos recursos fósseis. Os impactos dessa nova estrutura de endividamento precisam ser estudados com maior profundidade. Precisamos de mais ferramentas analíticas e teóricas que nos ajudem na compreensão da complexa realidade de relações peculiares de poder entre países periféricos.

No escopo desse trabalho, pudemos verificar que o BNDES joga um papel político importante na oferta de crédito para sustentar os investimentos brasileiros em Angola e Moçambique, mas seu alcance ainda é muito inferior aos empréstimos da China e dos países da OCDE. Podemos afirmar que os empréstimos do banco brasileiro fomentam aqueles mesmos setores, que já têm poder de monopólio no próprio mercado brasileiros: petróleo e gás, mineração, commodities agrícolas e construção civil.

Desse modo, a pesquisa empreendida chamou atenção para a importância e a singularidade que o campo agrícola e energético tem assumido nessas dinâmicas recentes. Além de ser um dos principais pilares da cooperação brasileira, tem se mostrado um dos setores mais promissores para a ampliação da influência brasileira na África, em particular em Moçambique e Angola. Constitui também o caso por excelência que nos permite visualizar e compreender as formas como o modelo de cooperação técnica brasileira e os financiamentos públicos convergem e se articulam com as políticas de investimentos (e seus principais portadores, as empresas) e o comércio. Ainda que em ambos os países, algumas empresas brasileiras como a Odebrecht em Angola e a Vale em Moçambique já tenham alcançado uma posição política e econômica consolidada, o governo brasileiro e seu aparato tem se mostrado um ator central na articulação desses distintos dispositivos. A atuação brasileira, assim, assume nos anos recentes um forte caráter de transferência de políticas públicas, tendo como mediadores agências governamentais que passam a atuar fora das fronteiras brasileiras e organismos internacionais.

De um modo geral, as entrevistas mostraram que a transferência e cooperação na geração e aplicação de tecnologia são em grande medida necessários, tendo em vista o diagnóstico de ausência de uma indústria nacional e de investidores, bem como a baixa capacidade de gerar inovações desses países. Seria um impulso extra para “queimar etapas”. Contudo, sua relação com a instauração de um processo efetivo de desenvolvimento econômico e social, que contemple o crescimento econômico com distribuição dos frutos desse processo em amplas camadas da população e o não esgotamento dos recursos naturais, em particular os minerais, não está clara.

Surgem assim, como eixos prioritários de fomento e de cooperação: a produção alimentar calçada em pequenos produtores; a regularização fundiária e uma política agrária para os agricultores familiares; o fomento a uma indústria nacional diversificada e direcionada ao mercado interno; a melhoria e ampliação dos serviços sociais como educação, saúde, saneamento básico e transportes; e o investimento no capital humano e na geração de tecnologias próprios. Isso dependerá fortemente da capacidade do Estado em desenhar instrumentos de política pública capazes de selecionar e articular as distintas iniciativas de cooperação, financiamento e investimentos estrangeiros, de modo a permitir a diversificação da economia, a criação de cadeias de valor que processem os recursos, gerem encadeamentos econômicos e empregos e que deem ênfase ao fortalecimento de médios e pequenos negócios nacionais.

No desenho desses instrumentos de ação do Estado emerge, como uma condição urgente, o fortalecimento de canais participativos e de democratização das decisões, de modo a incorporar demandas populares, em particular daqueles que vivem em condições mais vulneráveis. É pela participação e democratização que se poderá avançar na construção de um projeto contra-hegemônico que fomente o desenvolvimento efetivo dessas sociedades. Destaca-se como um grande avanço nessa direção, o aumento das articulações de movimentos sociais e organizações da sociedade civil, dentre eles o Brasil, que possam contribuir com o fortalecimento das classes populares nesses países, dar visibilidade e articular informações sobre os grandes projetos em curso, e, principalmente, possibilitar a gestão de políticas e formas inovadoras de participação e tomada de decisão. Essa articulação internacional entre organizações sociais, camponesas, sindicais e ambientais já existe em torno da atuação da Vale<sup>140</sup>. O discurso hegemônico, que no caso do provérbio africano está localizado no caçador, se fortalece ao reivindicar um caráter universal, aceito e reconhecido por todos como a única versão de um processo determinado. Trazer à tona e fortalecer as outras versões que contestam essa narrativa é fundamental para quebrar padrões de dominação que se repetem e para dar voz e fortalecer aqueles que sofrem os impactos dos grandes projetos de desenvolvimento. Quem sabe assim, a história da caça possa se sobrepor ou ao menos disputar com aquela contada pelo caçador.

.....  
140 - <http://atingidospelavale.wordpress.com/>

## REFERÊNCIAS

ABC & Embrapa. Projeto de melhoria da capacidade de pesquisa e de transferência de tecnologia para o desenvolvimento da agricultura no corredor de Nacala em Moçambique (ProSavana - TEC). Resumo executivo. junho de 2011.

AGENCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DA EXPORTAÇÃO E INVESTIMENTO (APEX). **Angola: Estudo de Oportunidades 2010**. Disponível em [www.apexbrasil.com.br](http://www.apexbrasil.com.br) (acesso agosto 2011).

AGNELLI, R. Uma nova Pangeia. **Folha de São Paulo**, 16 de agosto de 2009

ALEM, A.; GIAMBIAGI, F. (org.). **O BNDES em um Brasil em transição**. Rio de Janeiro: BNDES 2010. Disponível em [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br).

ALEM, Ana C.; CAVALCANTI, C.. O BNDES e o apoio à internacionalização das empresas brasileiras. *Revista do BNDES*, v. 12, n. 24, dezembro 2005.

AMORIM. A África tem sede de Brasil. **Carta Capital**, 28 de maio de 2011.

\_\_\_\_\_. Política externa é uma política pública como as demais. Está sujeita à expressão das urnas. **IPEA, Desafios do Desenvolvimento**, Edição 61, 13 de agosto de 2010 (entrevista). Disponível em [www.ipea.gov.br/desafios](http://www.ipea.gov.br/desafios).

AMUNDSEN, I.; ABREU, C. (2007). Sociedade civil em Angola: incursões, espaço e responsabilidade. CHR. Michelsen Institute.

CASTRO, C. M. GOULET, F. (2011). L'Essor des Coopérations Sud-Sud: le Brésil en Afrique et le cas du secteur agricole. In.: *Techniques financières et développement*, número 105.

CARNEIRO, J. D. (2012). Angolanos olham para o Brasil, mas brasileiros não olham para Angola, diz escritor. In.: BBC Brasil. Rio de Janeiro

DENT, Christopher (ed.): **China and Africa Development Relations**. London, New York: Routledge, 2011.

ENSP/FIOCRUZ. **A cooperação internacional desenvolvida pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz com a África**. Boletim técnico internacional 2008. Disponível em [http://www4.ensp.fiocruz.br/biblioteca/dados/txt\\_235056090.pdf](http://www4.ensp.fiocruz.br/biblioteca/dados/txt_235056090.pdf).

FELLET, J. (2012). Laços com presidente e obra durante a guerra marcam atuação da Odebrecht em Angola.

GIUGALE, M. **Who will be Africa's Brazil?**. Disponível em [http://www.huffingtonpost.com/marcelo-giugale/who-will-be-africas-brazi\\_b\\_1370652.html?view=print&comm\\_ref=false](http://www.huffingtonpost.com/marcelo-giugale/who-will-be-africas-brazi_b_1370652.html?view=print&comm_ref=false) (acesso abril de 2012)

GOULET, F. GABAS, J.J. SABOURIN, E. À l'épreuve du terrain. Des pratique brésiliennes et chinoise de coopération technique agricole en Afrique. ES JIG. Outubro 2012.

IPEA & ABC. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005-2009**. Institu-

to de Pesquisa Econômica Aplicada, Agência Brasileira Cooperação. Brasília 2010. Disponível em [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/Book\\_Cooperacao\\_Brasileira.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/Book_Cooperacao_Brasileira.pdf).

IPEA & BANCO MUNDIAL (2011). Ponte sobre o Atlântico: Brasil e África Subsaariana pareceria Sul-Sul para o crescimento. Disponível em [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/111222\\_livropontesobreoatlanticopor2.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/111222_livropontesobreoatlanticopor2.pdf) (acesso julho de 2012)

MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES (MRE). **Balço de Política Externa 2003-2010**. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/>

SCHMITZ. Mapeando a cooperação para o desenvolvimento. **IPEA, Desafios do Desenvolvimento**, ano 8, nr. 65, 2011.

SENNES, R.; MENDES, R. Políticas públicas e multinacionais brasileiras. IN: ALMEIDA; RAMSEY (org.). **A ascensão das multinacionais brasileiras**. O grande salto de pesos-pesados regionais a verdadeiras multinacionais. Rio de Janeiro: Elsevier; Belo Horizonte: Fundação Dom Cabral, 2009.

SELEMANE, Tomás. **Questões a volta da mineração em Moçambique**. Centro de Integridade Pública, Maputo, 2010, [www.cip.org.mz](http://www.cip.org.mz).

SOMBRA SARAIVA, J. F. The new Africa and Brazil in the Lula era: the rebirth of Brazilian atlantic policy. *Revista Brasileira de Política Internacional* 53 (special edition), 169-183 (2010).

STOLTE, C. (2012). Brazil in Africa: just another BRICS Country seeking resources? Chatham House, briefing paper. November.

SARAIVA, J. F. S. (2012). África parceiro do Brasil Atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI. Belo Horizonte: Editora Fino Traço.

SEIBERT, G. (s/d). Brazil in Africa: ambitions and achievements of an emerging regional power in the political and economic sector.

PORTAL NIKKEI. (2012). ProSavana: Brasil, Japão e Moçambique discutem cessão das terras. 20/04/2012. <http://www.portalnikkei.com.br/pro-savana-brasil-japao-e-mocambique-discutem-cessao-das-terras/>

WHITE, Lyal. Understanding Brazil's new drive for Africa. *South African Journal of International Affairs*, Vol. 17, No. 2, August 2010.

# ANEXO

## Lista de entrevistados:

### ANGOLA

- Conselheiro da Embaixada brasileira em Luanda
- Membros da União Nacional dos Camponeses de Angola (UNACA)
- Representante da APEX
- Dois professores de diferentes áreas e pesquisadores do Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC), da Universidade Católica de Angola
- Secretaria de Direitos Humanos do governo de Angola
- Ação para Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA)
- Embaixada brasileira - Setor de Cooperação Técnica)
- Professora da Universidade Agostinho Neto
- Representante da Agência Nacional de Investimento Privado
- Reitor da Universidade Técnica de Angola
- Representantes da FAO - Nações Unidas
- Diretor da empresa MACON

### MOÇAMBIQUE

#### Tete

- Diretor do SINTICIM
- Agência de Desenvolvimento Local de Tete
- Funcionário de empresa de segurança do trabalho
- Diretora Provincial do Trabalho
- Moradores do Reassentamento 25 de setembro, Moatize
- Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades

#### Maputo

- Pesquisadores do Instituto de Estudos Socioeconômicos (IESE)
- Representante da Embaixada brasileira
- Justiça Ambiental
- Diretor do Grupo Moçambicano da Dívida
- Professor reitor da Universidade Lúrio - Nampula
- Ministra do Trabalho do governo de Moçambique
- Professor da Universidade Politécnica e do Observatório do Desenvolvimento Rural
- Membros da União Nacional dos Camponeses (UNAC)
- Representantes da FAO - Nações Unidas
- Representantes da Delegação da União Européia para Moçambique
- Representante do Instituto de Investigação Agrária
- Representante da EMBRAPA



Apoio



Realização



ISBN 978-85-89366-27-4



9 788589 366274